



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, AQUISIÇÕES E CONVÊNIOS
SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar. CEP: 70340-909
CNPJ. 01.678.363/0001-43
(61) 2022-3236 / 3240 / 3235 – Fax. 2022-3249
e-mail: pregao@inep.gov.br

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2010

PROCESSO N.º 23036.002415/2010-96

OBJETO: Aquisição de solução de Circuito Fechado de TV e Vigilância – CFTV, contemplando instalação, suporte técnico e atualização de versões, bem como transferência de tecnologia de operação da solução.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, AQUISIÇÕES E CONVÊNIOS
SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar. CEP: 70340-909
CNPJ. 01.678.363/0001-43
(61) 2022-3236 / 3240 / 3235 – Fax. 2022-3249
e-mail: pregao@inep.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2010 – CGSI/DTDIE/INEP

PROCESSO N.º 23036.002415/2010-96

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP, torna público, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 123, de 23/04/2010, do seu Presidente, que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, pelo regime de empreitada por preço global, que será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e nº 3.784, de 6 de abril de 2001, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, Lei Complementar nº 123, de 2006, Decreto nº 6.204/2007, Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, IN-MPOG nº 02 de 30 de abril de 2008, com suas alterações, IN-MPOG nº 01 de 20 janeiro de 2010, e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, mediante as condições e exigências estabelecidas neste Edital e nos anexos que o integram.

Data: 30 de novembro de 2010

Horário: 10h

Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br

1 – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de solução de Circuito Fechado de TV e Vigilância – CFTV, contemplando instalação, suporte técnico e atualização de versões, bem como transferência de tecnologia de operação da solução.

1.2. Constituem Anexos a este Edital, dele fazendo parte integrante como se transcritos estivessem:

a) Termo de Referência (Anexo “I”)

- a. ENCARTE A – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA SOLUÇÃO DE CFTV – CIRCUITO FECHADO DE TV E VIGILÂNCIA**
- b. ENCARTE B – PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS**
- c. ENCARTE C – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**
- d. ENCARTE D – TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO (TAP)**
- e. ENCARTE E – TERMO DE ACEITE DEFINITIVO (TAD)**

- b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta (Anexo “II”)**
- c) Minuta de Contrato (Anexo “III”)**

2 – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E DO DECRETO Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007.

2.1. No ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

2.2. Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

2.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário, anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

2.4. O Sistema verificará automaticamente junto a Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

3.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do **Pregão** na forma eletrônica. (Art.18 do Decreto nº 5.450/2005).

3.2. Caberá ao **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas (Art.18, § 1º do Decreto nº 5.450/2005).

3.3. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame. (Art.18, § 2º do Decreto nº 5.450/2005).

3.4. As impugnações deverão ser apresentadas exclusivamente na forma eletrônica, através do e-mail: pregao@inep.gov.br, até às 18h, do segundo dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

3.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao **Pregoeiro**, até às 18h do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no e-mail: pregao@inep.gov.br (Art.19 do Decreto nº 5.450/2005).

3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do link *Acesso livre > Pregões > Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

4 - DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL

Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando,

inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta. (Art. 20, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005).

5 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que:

a) pertençam ao ramo de atividade do objeto licitado e atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br para acesso ao sistema eletrônico;

b) atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e que estejam devidamente **CADASTRADAS e HABILITADAS PARCIALMENTE** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**;

c) ME e EPP, conforme estipula o art. 5º do Decreto 6.204/07.

5.2. os interessados **não cadastrados no SICAF**, e que tiverem interesse em participar do presente **Pregão**, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão (Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 3.722/01 c/c o Parágrafo único do Art. 14 do Decreto nº 5.450/2005).

5.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação:

a) empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação e em recuperação judicial e extrajudicial;

b) empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão/entidade da Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Federal;

c) empresas reunidas em consórcio e/ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

d) servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão/entidade promotor(a) da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

e) empresas estrangeiras que não funcionem no País;

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1. Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente da entidade promotora da licitação, o **Pregoeiro**, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do **Pregão** na forma eletrônica (Art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), no sítio: www.comprasnet.gov.br.

6.3. O credenciamento do(s) licitante(s) dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação. (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

6.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP**, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art.3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

6.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao **Pregão Eletrônico** (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

7 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Após a divulgação do Edital no sítio www.comprasnet.gov.br, o(s) licitante(s) deverá (ão) encaminhar as propostas com a descrição do objeto ofertado e os preços com valores unitários e totais, o(s) respectivo(s) anexo(s), até a data e hora marcadas para abertura da sessão, ou seja, **até as 10h do dia 30 de novembro de 2010**, horário de Brasília, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas. A proposta será analisada pelo **Pregoeiro**, que desclassificará as propostas em desconformidade com o Edital e seus Anexos. (Art. 21 e § 2º, do Art. 22, do Decreto nº 5.450/2005).

7.2. A participação no **Pregão Eletrônico** dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante (Art. 21, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005).

7.3. Para participação no **Pregão Eletrônico**, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e no Decreto nº 5.450/2005, nos termos do Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005.

7.5. As declarações de que tratam os subitens **12.5.3** e **12.5.4** deste Edital, serão enviadas, de forma virtual, no momento da elaboração e envio da proposta, as quais somente serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação, quando também poderão ser alteradas ou reenviadas pelos licitantes, por solicitação do pregoeiro.

7.6. Até a abertura da sessão, o(s) licitante(s) poderá(ão) retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada, nos termos do Art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005.

7.7. O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão/promotor(a) da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art.13, Inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).

7.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13, Inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

7.9. A proposta deverá conter:

7.9.1. Especificação clara e completa dos itens oferecidos, obedecida preferencialmente a mesma ordem constante do Termo de Referência (anexo I) deste edital e seus Encartes, devendo conter o detalhamento de todas as características do objeto ofertado, assim como especificação da garantia e dos prazos de execução/entrega ao INEP;

7.9.2. Planilha de Preços contendo valor unitário e total, em moeda corrente nacional, expressos tanto em algarismos como por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência. Não deverá conter alternativas de preços, ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

7.9.3. Prazo de validade mínima da proposta que deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.9.4. Declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos, despesas e encargos;

7.9.5. A razão social, o CNPJ, colocando o número do Edital do **Pregão**, dia e hora de abertura, endereço completo, o número do telefone, fac-símile e e-mail, bem como, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência onde deseja receber seus créditos, não sendo fator de desclassificação o descumprimento deste item;

7.9.6. Apresentar quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes, não sendo fator de desclassificação o descumprimento deste item.

7.10. A apresentação da proposta implicará em **PLENA ACEITAÇÃO**, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.11. Aberta a sessão do Pregão Eletrônico, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.12. Fica vedado ao licitante identificar-se quando do registro de sua proposta, planilha ou outros anexos exigidos nesse edital, sob pena de desclassificação do certame pelo Pregoeiro.

8 – DA RECEPÇÃO, JULGAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A partir das 10h do dia 30 de novembro de 2010, data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 25/2010**, com a divulgação e julgamento das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.

8.2. No julgamento das Propostas serão observadas as especificações constantes deste Edital e seus Anexos.

8.3. Será verificada a conformidade das Propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

8.4. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;
- b) apresentarem valores simbólicos, irrisórios, inexecutáveis ou excessivos, consideradas as condições já dispostas neste Edital e seus Anexos;
- c) apresentarem propostas alternativas;
- d) não apresentarem o preço unitário máximo para cada item.

8.6. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema.

8.7. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8.8. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer(es) técnico(s), para orientar sua(s) decisão(ões).

9 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. Classificadas as Propostas, o **Pregoeiro** dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (Art. 24, do Decreto nº 5.450/2005).

9.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **MENOR VALOR GLOBAL**, com custos incidentes;

9.1.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

9.3. O licitante somente poderá oferecer lance **inferior ao último por ele ofertado** e registrado pelo sistema.

9.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.

9.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do licitante autor do lance.

9.6. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados (Art.24, § 10, do Decreto nº 5.450/2005).

9.6.1. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do **Pregoeiro** aos participantes, no sítio www.comprasnet.gov.br (Art.24, § 11, do Decreto nº 5.450/2005);

9.6.2. No caso de desconexão do licitante proponente, este deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada, por decisão do **Pregoeiro**, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.8. Anunciado o vencedor da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentada à oferta mais vantajosa, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital, bem assim decidir sobre sua aceitação.

9.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10. Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, regulado pelo art. 5º, do Decreto nº 7.174/2010, observada a seguinte ordem:

I) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;

III) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

9.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos acima terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

9.11. O exercício do direito de preferência disposto nos subitens 9.10, será concedido, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

a) aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso;

b) aplicação das regras de preferência previstas no subitem 9.10, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até dez por cento acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

c) convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no inciso I subitem 9.10, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

d) caso a preferência não seja exercida na forma da alínea “c”, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do subitem 9.10, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 9.10, caso esse direito não seja exercido.

9.12. Após o término da sessão pública, as empresas licitantes deverão permanecer logadas no Sistema Eletrônico para que o Pregoeiro possa convocar, na ordem de classificação e por meio do Chat, as empresas cujo valor da proposta para o item esteja situado no intervalo percentual previsto na alínea “b” do subitem 9.11, ou seja, até dez por cento da melhor proposta válida.

9.13. Será encaminhado às licitantes, via sistema eletrônico, questionamento visando identificar aquelas que porventura preencham as condições listadas no subitem 9.10.

9.14. Após convocada pelo Chat para informar qual das condições listadas no subitem 9.10 sua proposta atende, a empresa licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

9.15. A comprovação do atendimento ao PPB será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

9.16. A comprovação será feita:

I - eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou

II - por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação da licitante.

9.17. Na hipótese em que nenhuma das licitantes preencha os requisitos elencados no subitem 9.10 prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico.

10. DA PREFERÊNCIA EM FAVOR DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO 2006) E DOS FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS, DISPOSTO NO ART. 3º DA LEI Nº 8.248, DE 1991.

10.1. Após o encerramento da etapa de lances, o SISTEMA COMPRASNET verificará se ocorreu empate entre o lance mais bem classificado e os lances apresentados por microempresas ou empresas de pequeno porte que atenderam ao disposto no subitem 2.1 deste Edital.

10.2. Considerar-se-ão empatados todos os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que atenderam o subitem 2.1, deste Edital, que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais bem classificado.

10.2.1. Não ocorrerá empate quando o melhor lance tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte que atendeu o subitem 2.1, deste Edital.

10.2.2. Ocorrerá empate, na forma do subitem 10.2, quando o menor lance tiver sido apresentado por empresa que, embora registrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, não atendeu o subitem 2.1, deste edital

10.3. Ocorrendo empate, nos termos do subitem 10.2, do Edital:

I) o SISTEMA COMPRASNET automaticamente convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte, entre aquelas que atenderam ao disposto no subitem 2.1, deste Edital, mais bem classificada, para apresentar proposta inferior ao lance mais bem classificado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, no SISTEMA COMPRASNET ao final da etapa de lances, sob pena de preclusão.

II) sendo apresentada proposta inferior ao lance mais bem classificado, nos termos do inciso anterior, o pregoeiro anunciará o vencedor a etapa de lances, passando à fase de habilitação;

III) expirado o prazo de 05 (cinco) minutos sem que a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada segundo o inciso I, deste subitem, tenha apresentado proposta inferior ao lance mais bem classificado, o SISTEMA COMPRASNET convocará, na ordem de classificação dos lances, as demais empresas que declararam ser microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos dos incisos I e II, do art. 3º, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 na forma do subitem 2.1, deste Edital, empatadas nos termos do subitem 10.2, para que apresente proposta inferior ao lance mais bem classificado, ofertando sempre o prazo de até 5 (cinco) minutos a cada uma das convocadas;

10.4. Após convocadas todas as empresas empatadas que declararam ser microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos dos incisos I e II, do art. 3º, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 na forma do subitem 2.1 deste Edital, na ordem de preferência estabelecida no subitem 10.3 e seus incisos, para formularem propostas, sem que nenhuma tenha apresentado oferta inferior ao lance mais bem classificado, será considerado vencedor da etapa de lances, o licitante que originariamente apresentou o melhor lance, passando-se, em seguida, à fase de habilitação.

10.5. Anunciado o vencedor da etapa de lances, na forma dos subitens 10.3, inciso II, 10.4, e 10.2.1, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital, bem assim decidir sobre sua aceitação.

10.6. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.7. Também será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, regulado pelo art. 5º, do Decreto nº 7.174/2010, observada a seguinte ordem:

I) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

10.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos acima terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso

10.8. O exercício do direito de preferência disposto nos subitens 10.2 e 10.7, será concedido, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

a) aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no subitem 10.3, quando for o caso;

b) aplicação das regras de preferência previstas no subitem 10.7, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até dez por cento acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

c) convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no inciso I subitem 10.7, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

d) caso a preferência não seja exercida na forma da alínea “c”, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do subitem 10.7, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 10.7, caso esse direito não seja exercido.

10.8.1. Após o término da sessão pública, as empresas licitantes deverão permanecer logadas no Sistema Eletrônico para que o Pregoeiro possa convocar, na ordem de classificação e por meio do Chat, as empresas cujo valor da proposta para o item esteja situado no intervalo percentual previsto na alínea “b” do subitem 10.7, ou seja, até dez por cento da melhor proposta válida.

10.8.2. Será encaminhado às licitantes, via sistema eletrônico, questionamento visando identificar aquelas que porventura preencham as condições listadas no subitem 10.7.

10.8.3. Após convocada pelo Chat para informar qual das condições listadas no subitem 10.7 sua proposta atende, a empresa licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

10.9. A comprovação do atendimento ao PPB será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

10.9.1. A comprovação será feita:

I - eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou

II - por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação da licitante.

10.10. Na hipótese em que nenhuma das licitantes preencha os requisitos elencados no subitem 10.7, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico

11 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS READEQUADAS AO LANCE VENCEDOR

11.1. Após o encerramento da etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar deverá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, encaminhar, por meio do fax (0xx61) 2022-3249, sua proposta de preços readequada à oferta vencedora, com posterior encaminhamento da original ao Pregoeiro, no prazo máximo de 3 dias úteis. (§6º do Art. 25 do Decreto nº 5.450/2005).

11.2. O proponente que não atender o disposto no subitem anterior será desclassificado.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ela abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

12.2. Havendo alguma **restrição na regularidade fiscal** das microempresas ou das empresas de pequeno porte, será concedido um prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do momento em que o licitante foi declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, devidamente justificado, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.2.1. Antes de ser efetivada a contratação, da licitante vencedora, deverá ser realizada consulta junto ao SICAF, SIAFI e CADIN, para verificação da regularidade da licitante;

12.2.2. A prorrogação do prazo para regularização fiscal será concedida pelo Inep quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

12.3. A não-regularização da documentação fiscal, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado ao INEP convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação

12.4. A EXISTÊNCIA DE QUALQUER OUTRA RESTRIÇÃO NA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DIVERSA DA REGULARIDADE FISCAL, ENSEJARÁ A DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA DA PROPONENTE.

12.5. Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

12.5.1. 1 (um) ou mais atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante a ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, e que comprove(m) a aptidão, da Licitante, para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características e prazos, com o objeto da licitação;

12.5.2. Comprovação de capital social registrado ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo com os parágrafos 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, a qual será exigida **somente** no caso de o licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

12.5.3. Declaração, nos moldes do Anexo IV da IN do extinto MARE nº 05/95, republicada com alterações no Diário Oficial da União de 19/04/96, de que não há fato impeditivo de sua habilitação, obrigando-se a informar a superveniência de ocorrências posteriores;

12.5.4. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal; e

12.5.5. Declaração nos moldes do Anexo II deste Edital, em cumprimento à Instrução Normativa nº 02, de 16 de setembro de 2009, publicada no DOU, nº 178, seção 1, página 80, de 17 de setembro de 2009.

12.6. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

12.7. Os documentos necessários à habilitação – os que não estejam contemplados no SICAF ou os necessários à atualização ou regularização dos dados constantes do SICAF – bem como a Proposta de Preços vencedora ajustada ao lance dado, serão imediatamente encaminhados ao **Pregoeiro**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do encerramento da etapa de lances, **para o Fax (0XX61) 2022-3249**, com posterior envio do original ou cópia autenticada (via SEDEX ou pessoalmente), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, no seguinte endereço:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, AQUISIÇÕES E CONVÊNIOS
SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar.
CEP: 70340-909 - Brasília-DF
(61) 2022-3236 / 3240 / 3235 / 3243 – Fax. 2022-3249
e-mail: pregao@inep.gov.br
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25/2010 – CGSI / DTDIE / INEP
RAZÃO SOCIAL E CNPJ
PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.8. Será considerada na apuração do prazo de encaminhamento do original da Proposta e da documentação, a data de postagem dos referidos documentos.

12.9. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

12.10. Se o licitante for a própria matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Sendo o licitante filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza ou **por força de Lei**, comprovadamente somente possam ser emitidos em nome da matriz.

12.11. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

12.12. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

12.13. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, ressalvado aqueles que por sua característica não se sujeitam a prazo de validade. (Exemplo: Atestado de Capacidade Técnica).

12.14. Se o proponente vencedor da licitação desatender às exigências habilitatórias, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e nas demais cominações legais.

12.15. Serão inabilitados os licitantes que não atenderem as exigências deste item.

13 – DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.1 deste Edital, importará na decadência desse direito, ficando o **Pregoeiro** autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (Art.26, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005).

13.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art.26, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

13.4. Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública, e fora dos respectivos prazos legais, enviados por fax, bem como os que não contiverem a identificação e assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da Coordenação Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios do INEP, localizada no

SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar, em Brasília-DF, nos dias úteis, no horário de 9h às 12h e de 14h às 17h.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. A adjudicação do objeto deste certame caberá ao **Pregoeiro**, quando não houver recurso. Existindo recurso hierárquico, o objeto será adjudicado pela autoridade competente para o seu julgamento.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto **ao licitante vencedor**.

15 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento será feito mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, após a conclusão dos serviços de instalação dos componentes adquiridos e a conclusão bem sucedida da transferência de tecnologia mediante atestado de aceite dado pela Coordenação-Geral de Infra-estrutura e Serviços do INEP.

15.2 Para a realização do pagamento de que trata este item, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal emitida sem rasura, em letra legível, o nome do Banco, o número da conta bancária e a respectiva Agência e atender às exigências do art 36 da IN 02 de 30 de abril de 2008.

15.3 No caso de incorreção na Nota Fiscal/Fatura, será restituída à empresa contratada para as correções solicitadas. O prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço ou do documento fiscal, a depender do evento, não respondendo o INEP por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

15.4 O pagamento será realizado através de ordem Bancária, ao Banco e em conta e agência bancária a ser especificada pela contratada;

15.5 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15.6 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

15.7 A irregularidade Fiscal da Contratada ensejará a suspensão do pagamento, limitada a 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação pela contratada, após o que, em não havendo regularização, o contrato poderá ser rescindido de pleno direito.

15.8 O INEP não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

15.9 Em cumprimento ao disposto em legislação vigente, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INEP reterá na fonte os tributos pertinentes às áreas federal, estadual, distrital ou municipal, e previdenciários que incidirem sobre os pagamentos que efetuar à Contratada, conforme o caso.

15.10 Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, multa imposta pelo INEP, se for o caso.

15.11 Antes de efetuar qualquer pagamento será verificada a regularidade da empresa contratada junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e ao CADIN, mediante consulta “on line”, cujos documentos serão anexados ao processo de pagamento, para comprovação da regularidade das certidões: Certificado de Regularidade da Previdência, Certificado de Regularidade do FGTS, Certificado de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, Estaduais ou Municipais, bem como registro no CADIN. Caso alguma certidão estiver vencida, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para providenciar a regularização.

16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, ficará impedido, assegurado o direito à ampla defesa, de licitar e de contratar com a União e com o INEP, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, nos termos do art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

16.2 A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado pelo INEP, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, ensejando a aplicação de multa ao adjudicatário de 20% (vinte por cento) sobre o valor previsto no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital.

16.3 Pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, o INEP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

16.3.1 Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao INEP, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

16.3.2 Multas:

a) de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor do fornecimento com atraso, quando a empresa vencedora, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro e, decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o INEP poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea "b";

b) de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento com prestação de serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", e/ou quando o fornecimento e/ou serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da empresa vencedora;

16.3.3 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

16.4 O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa vencedora poderá ser descontado de acordo com o estabelecido, ou ainda, a critério do INEP e respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, em favor do INEP, ficando a empresa vencedora obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

16.5 Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos para o recolhimento de multa, ao débito será acrescido 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

16.6 No caso de a empresa vencedora ser credora de valor suficiente, o INEP poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

16.7 Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a empresa vencedora pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

16.8 As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa vencedora de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao INEP, decorrentes das infrações cometidas.

16.9 Mesmo em caso de rescisão, será aplicada a penalidade cabível.

17 – DA CONTRATAÇÃO

17.1 Após a homologação da licitação o adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o Contrato, na forma da minuta apresentada no Anexo III do Edital, sob pena de decair o direito à contratação.

17.2 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.3 O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízos das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.3.1 Somente será considerada habilitada a licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

17.3.2 Os concorrentes remanescentes convocados na forma do subitem anterior se obrigam a atender a convocação e a assinar o Contrato/retirar a Nota de Empenho, no prazo fixado pelo INEP, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

17.4 O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

17.5 A Contratada responderá civil, penal e administrativamente por qualquer prejuízo que venha a causar ao INEP, decorrente da execução imperfeita ou da inexecução parcial ou total do contrato.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 18 do Decreto nº 3.555/00 e art. 29 do Decreto nº 5.450/05, c/c art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.2 Havendo indícios de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o INEP comunicará os fatos verificados à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal, para as providências devidas.

18.3 É faculdade do Pregoeiro ou da Autoridade Superior, em qualquer etapa da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4 Fica assegurado ao INEP, o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

18.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o INEP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.6 Os serviços e bens deverão ser entregues com todas as despesas por conta exclusiva da contratada e quaisquer ações civis/penais/trabalhistas ou de qualquer natureza que decorram de ato ou omissão da prestação de seus serviços serão de exclusiva

responsabilidade da empresa contratada, bem assim como todas as despesas de entrega dos referidos bens no endereço indicado da contratada.

18.7 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer etapa da licitação.

18.8 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura prestação dos serviços.

18.9 Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através do sítio www.comprasnet.gov.br.

18.10 A homologação do resultado desta licitação, não implicará em direito à contratação do objeto licitado, no todo ou em parte.

18.11 Como condição para emissão da Nota de Empenho, será verificada a regularidade do adjudicatário, vencedor da licitação, junto ao SICAF, SIAFI e CADIN.

18.12 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs. 3.555, de 8 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005, 3.784, de 6 de abril de 2001, IN-MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, com suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.204/2007, Lei nº 8.078 de 11/09/1990, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

18.13 A DTDIE exercerá a fiscalização da execução do contrato por meio de servidor público habilitado e nomeado.

18.14 As disposições e especificações contidas Edital e no Termo de Referência serão parte integrante do contrato, devendo ser observadas e atendidas em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades no descumprimento de qualquer dos seus itens e no que couber a IN 02 de 30 de Abril de 2008.

18.15 A existência de Fiscalização não diminui ou atenua a responsabilidade da Contratada pela execução de qualquer serviço.

18.16 A Fiscalização deverá recusar qualquer serviço executado fora das condições contratuais ou do bom padrão de acabamento.

18.17 Se julgar necessário, o INEP poderá solicitar da Contratada a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos itens adquiridos ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada sem ônus para o INEP e executados por laboratório aprovado pelo INEP.

18.18 O INEP poderá, a seu exclusivo critério, solicitar à Contratada a substituição de qualquer profissional vinculado a essa, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública.

18.19 Todos os componentes da solução a ser adquirida deverão ser novos e de fabricação recente, podendo a Fiscalização exigir as notas fiscais e comprovantes de aquisição.

18.20 Se julgar necessário, o INEP poderá solicitar da Contratada a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos itens adquiridos ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada sem ônus para o INEP e executados por laboratório aprovado pelo INEP.

18.21 Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto do Termo de Referência por parte da empresa vencedora.

18.22 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal – DF, para solucionar quaisquer litígios oriundos desta licitação.

Brasília, 17 de novembro de 2010.

LUIZ AUGUSTO LUCINDA

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, AQUISIÇÕES E CONVÊNIOS
SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar. CEP: 70340-909
CNPJ. 01.678.363/0001-43
(61) 2022-3236 / 3240 / 3235 – Fax. 2022-3249
e-mail: pregao@inep.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2010 – CGSI/DTDIE/INEP

ANEXO “I”

TERMO DE REFERÊNCIA E RESPECTIVOS ENCARTES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

Termo de Referência

1 OBJETO

Aquisição de solução de Circuito Fechado de TV e Vigilância – CFTV, contemplando instalação, suporte técnico e atualização de versões, bem como transferência de tecnologia de operação da solução.

2 JUSTIFICATIVA

2.1 Das necessidades do Inep

O INEP, assim como os programas de avaliação educacional do Ministério da Educação, vêm crescendo e buscando a melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade e por isso mesmo carecem de novos recursos de segurança.

O Circuito Fechado de TV e Vigilância (CFTV) tem como objetivo servir de apoio a supervisão de segurança do INEP, em Brasília, permitindo monitorar visualmente as áreas internas e externas, sejam estas, restritas ou não ao público.

Esta monitoração deverá ser efetuada por um sistema de circuito fechado de televisão, padrão de mercado de segurança eletrônica, tipo profissional, para operação 24 horas, com todas as funcionalidades usualmente requeridas para segurança patrimonial.

A solução proposta visa melhorar a infraestrutura de segurança para o local onde são preparados os itens que irão compor as provas do ENEM e ENADE, provendo assim um serviço com confiabilidade e autenticidade para as informações.

A Contratada deverá ter ciência que, para a completa instalação deste sistema, estão envolvidas áreas já em operação.

Desta forma, no intuito de aprimorar e dar continuidade das ações desenvolvidas pelo INEP para garantir a confiabilidade, integridade e autenticidade dos serviços no âmbito do seu

campo de atuação e evitar a transferência não autorizada de informações, faz-se necessário a aquisição da solução de Circuito Fechado de TV e Vigilância – CFTV objeto deste Termo de Referência.

A aquisição da solução em questão tem como objetivo apoiar a supervisão de segurança na proteção do ambiente de trabalho do Banco Nacional de Itens – BNI, através do monitoramento e fiscalização dos procedimentos de segurança para acesso a este ambiente, dando suporte e conformidade às políticas de segurança institucional.

2.2 Da modalidade do Certame

A modalidade proposta para a contratação dos serviços enquadra-se como “Pregão Eletrônico” tendo em vista tratar-se de aquisições que se enquadram no preconizado no art. 1º da Lei 10.520/2002, bem como nos entendimentos do Tribunal de Contas da União, exarados nos Acórdãos 1480/2007, 1172/2008 e 1114/2006.

O art. 1º da Lei 10.520 de 17 de Julho de 2002 estabelece a conceituação de bens e serviços comuns. In verbis:

“Art. 1º Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

O Acórdão 1480/2007 em seu item 91 aduz que:

“91. É oportuno ressaltar que, na Lei 8.666/1993, o conceito de ‘alta complexidade’ jamais é vinculado ao tipo de licitação, mas à possibilidade de exigir-se comprovações mais rigorosas de capacidade técnica na fase licitatória de habilitação (Lei 8.666/1993, art. 30, §§ 8º e 9º). Aliás, o próprio TCU, no Acórdão 1.114/2006-P, admitiu a regularidade da contratação de soluções tecnologicamente complexas por meio de Pregão. Portanto, complexidade também não é um fator determinante para a escolha do tipo de licitação”. (grifo nosso).

Os itens 40, 41 e 42 do Acórdão 1172/2008 trazem em seu corpo o que segue:

“40. A Sefti apontou que o uso da modalidade de pregão para contratações de objeto inerentes à área de TI deixou de ser controversa, se observados certos requisitos e condições; nesse sentido, a jurisprudência ampararia a utilização da modalidade para contratações de bens e serviços de TI, configurados como “comuns” - aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (Acórdãos n.º 2.094/04 - P, n.º 740/04 - P com redação alterada pelo Acórdão n.º 1.299/06 - P, n.º 1.182/04 - P, n.º 2.138/05 - P).

Ainda nos entendimentos do Tribunal de Contas, o Acórdão 1114/2008 reafirma o seguinte entendimento:

19. *O entendimento de bem comum, de acordo com diversos autores, nada tem a ver com a complexidade do bem adquirido e sim com produtos que sejam comumente encontrados no mercado, sem a necessidade de alterações específicas para o fornecimento em questão. Este ponto de vista pode ser avalizado conforme as interpretações a seguir.*

20. *Jessé Torres Pereira Junior (Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 6ª ed., Renovar, 2003, p.1006) entende que:*

‘Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto’

21. *Segundo Vera Scarpinella (Licitação na Modalidade de Pregão, Malheiros, 2003, p.81):*

‘(...) o objeto comum para fins de cabimento da licitação por pregão não é mero sinônimo de simples, padronizado e de aquisição rotineira. Bens e serviços com tais características estão incluídos na categoria de comuns da Lei 10.520/2002, mas não só. Bens e serviços com complexidade técnica, seja na sua definição ou na sua execução, também são passíveis de ser contratados por meio de pregão. O que se exige é que a técnica neles envolvida seja conhecida no mercado do objeto ofertado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva no edital.’

22. *Marçal Justen Filho também faz algumas considerações sobre bens comuns em suas publicações sobre pregão:*

‘bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio’ (Pregão - Comentários à Legislação do Pregão comum e Eletrônico, 2ª ed., Dialética, 2003, p.30)

‘(...) A relação contida no Anexo II é meramente exemplificativa. Por isso, é perfeitamente cabível aplicar o pregão para contratação de bens ou serviços de informática, bastando exame e comprovação da natureza comum do objeto. Uma impressora, um computador pessoal ou qualquer outro equipamento abrangido no

conceito de Tecnologia de Informação poderão ser adquiridos através do pregão, se for possível caracterizá-los como 'bens comuns'. Bem por isso, é irrelevante a alusão contida no item 2.5 do Anexo II, que não abrange inúmeros outros bens comuns na área de informática' (Pregão: Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. São Paulo: Dialética, 2001. p. 21, 22 e 39).

23. No Acórdão 313/2004, o Ministro Benjamin Zymler defende que:

'O administrador público, ao analisar se o objeto do pregão enquadra-se no conceito de bem ou serviço comum, deverá considerar dois fatores: os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais no mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão.

A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum. Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do pregão, ao contrário, objetos complexos podem também ser enquadrados como comuns.'

24. De acordo com os autores citados e com diversos acórdãos do TCU, verifica-se que bens de informática podem ser adquiridos pela modalidade de pregão, desde que os padrões de qualidade e desempenho possam ser claramente definidos no edital, que a técnica seja conhecida e que as especificações sejam usuais de mercado. Sendo assim, no caso em questão, é necessário analisar se o objeto a ser contratado e o processo de contratação atendem a esses requisitos."

Diante do exposto, o Inep, na busca da eficiência do gasto público na contratação de serviços de Tecnologia da Informação, celeridade processual e ampla concorrência entre as licitantes, entende estarem presentes na aquisição a ser contratada todos os elementos necessários ao enquadramento do objeto no art. 1º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

2.3. Do modelo de contratação

Ainda, de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e seguindo as exigências previstas na IN/SLTI 04/2008, o INEP está adequando seu modelo de contratação de serviços e aquisição de bens, separando todos os processos de acordo com suas especificidades técnicas, evitando que apenas uma licitante vencedora fique responsável por todas suas atividades de TI.

O modelo proposto pelo INEP baseia-se:

- no planejamento da contratação (IN 04/2008 e IN 02/2008);
- na divisão dos serviços de TI em tantos itens quantos sejam tecnicamente possíveis e convenientes ao órgão (art. 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93);
- na licitação independente (ou adjudicação independente) para cada um dos itens (IN/SLTI 02/2008);
- no estabelecimento de exigências de habilitação e de avaliação da proposta técnica específica para cada serviço;
- na avaliação de qualidade dos serviços e dos bens adquiridos, através da definição clara e cobrança adequada de níveis de serviço (IN/SLTI 04/2008 e IN/SLTI 02/2008);
- atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal (IN/SLTI 01/2010).

2.4. Do alinhamento com as estratégias institucionais e de tecnologia da informação

O planejamento é um dever do administrador público concedendo a ele o dever de administrar os recursos públicos da forma mais eficaz e eficiente possível, de modo a gerar o maior benefício à sociedade. Esse dever só pode ser cumprido com o planejamento efetivo de qual a melhor finalidade para os recursos públicos disponíveis.

O Instituto seguindo as orientações para a implementação do PDTI entende que as atividades de planejamento de TI, quando iniciadas com sucesso, qualificação técnica e primordialmente alinhadas com os objetivos estratégicos do órgão, sendo incentivados e executados, primando sempre:

- 1 complementar ou estimular o planejamento estratégico da organização;
- 2 declarar objetivos e iniciativas estratégicas da área de TI;
- 3 alinhar as soluções de TI com as metas de negócio da organização;
- 4 identificar oportunidades de solução de tecnologia da informação para aprimorar os negócios da organização;

A solução proposta neste Termo de Referência compõe as etapas para criação e implantação da Política de Segurança da Informação do Inep iniciada em Fevereiro de 2007 e descrita no Produto V do PTTI, item 3.2 (págs. 27 a 36), tendo continuidade conforme PDTI, de Outubro de 2009, no item 4.38 e seus subitens (pág. 106 e seguintes).

É importante ressaltar que a contratação em pauta disponibiliza às informações do INEP um nível de segurança muito maior do que o existente hoje. Com a implantação da solução pretendida, estaremos aptos a supervisionar e monitorar possíveis transferências não autorizadas de informações.

2.5. Dos Resultados Esperados

Com a contratação desta solução o INEP espera melhorar a confidencialidade das informações, evitando assim o uso indevido das mesmas para que não coloque em risco não só as informações do Instituto, mas também todo o processo de avaliação do ensino.

3 DOS REQUISITOS TÉCNICOS

Todos os requisitos técnicos deverão ser indicados na documentação técnica (incluindo número da página e sua respectiva fonte).

Os requisitos técnicos mínimos obrigatórios estão descritos no Encarte “A”.

3.1 A empresa melhor classificada deverá apresentar, conforme disposto no termo de referência, juntamente com a documentação técnica:

3.1.1 Atestado de capacidade técnica em solução de porte similar ao contido no Encarte A, comprovando desempenho satisfatório na execução dos serviços de instalação e assistência técnica;

3.1.2 Documento emitido pelo fabricante, fazendo referência a este pregão, comprovando que a empresa é credenciada a instalar e dar manutenção; e

3.1.3 Os certificados, emitidos pelo fabricante da solução, dos técnicos que prestarão o suporte técnico durante o período de garantia.

3.1.4 O INEP reserva-se no direito de executar diligência para validar e verificar as informações prestadas nos atestados de capacidade técnica fornecido pela empresa vencedora.

4 DO FORNECIMENTO E DA INSTALAÇÃO

4.1 Para o fornecimento e instalação da solução, que contemplará os itens descritos no Encarte “A”, a empresa vencedora deverá observar o seguinte:

4.1.1 Fornecer a solução conforme as características e especificações técnicas mínimas descritas no Encarte A.

4.1.2 Fornecer todos os cabos de ligação lógica e os componentes elétricos necessários à instalação e funcionamento, se for o caso;

4.1.3 Todos os itens deverão implementar todas as características descritas nas especificações técnicas constantes do Encarte A.

4.1.4 Deverão ser fornecidos: todos os documentos e manuais necessários para garantir o bom funcionamento, suporte e manutenção dos itens fornecidos;

4.1.5 Número ilimitado de licenças de uso de softwares, se for o caso.

4.1.6 Não serão aceitos softwares “beta” ou em desenvolvimento.

4.2 A empresa vencedora deverá elaborar projeto contendo:

- 4.2.1** Layout do conjunto a ser adquirido informando os modelos e a quantidade de cada item, e como serão logicamente interconectados;
- 4.2.2** Providências de adequação de ambiente, se for o caso.
- 4.2.3** A Licitante vencedora deverá instalar e configurar toda a solução a ser fornecida, incluindo toda a documentação com a descrição do processo de instalação e configuração.

5 DO LOCAL DE INSTALAÇÃO

- 5.1** Os itens adquiridos serão instalados no Prédio do INEP, situado no SRTVS 701, Quadra 03, Bloco M – 7º andar – Brasília/DF.

6 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O recebimento da solução descrita no Encarte A deverá ser efetuado pela Comissão de recebimento de material permanente do INEP.

- 6.1** Os itens serão recebidos da seguinte forma:

- 6.1.1** Provisoriamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da montagem inicial do produto, para posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas sendo emitido o Termo, conforme Encarte D;

- 6.1.2** Definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, depois de concluídas: a instalação, a configuração e a ativação, após a verificação da qualidade e quantidade, bem como a conclusão bem sucedida da transferência de tecnologia, ocasião em que será emitido o competente Termo de Aceitação, conforme Encarte E.

- 6.2** A solução deverá ser composta por componentes novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade.

- 6.3** Uma vez entregue a solução, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

- 6.3.1** A empresa vencedora procederá a desembalagem, instalação e configuração dos produtos para a realização dos testes de funcionamento, na presença e supervisão de técnicos da Coordenação-Geral de Infra-estrutura e Serviços do INEP – CGIS.

- 6.3.2** Cada produto será verificado de acordo com as características técnicas descritas no Encarte A, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

- 6.4** Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

- 6.4.1** Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Encarte A e da proposta vencedora;

- 6.4.2** Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo.

- 6.4.3** Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

- 6.4.4** Nos casos de recusa do produto, a empresa fornecedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo INEP.

7 DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura.

8 DA VISTORIA

As licitantes poderão realizar vistoria nas dependências do Inep até 02 (dois) dias úteis imediatamente anteriores à data da abertura do pregão.

As visitas poderão ser agendadas através do telefone 2022-3780, no horário de 14h00min às 17h:00min.

A vistoria às dependências do INEP tem como objetivo dar ciência da estrutura existente, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços, exigência essa que não pode ser substituída pela divulgação da topologia, plantas, desenhos técnicos e congêneres por motivos de segurança.

O Termo de Vistoria, conforme Encarte C, deverá ser assinado em 02(duas) vias, sendo que uma deverá ficar no Inep e a outra deverá ser anexada à proposta comercial da empresa.

Não se acatará argumentação da licitante de que tendo feito a vistoria, não lhe foi entregue o correspondente Termo, ou que o mesmo foi extraviado, sendo de sua inteira responsabilidade exigir a emissão e entrega do mesmo, bem como a sua guarda.

9 DA GARANTIA

A licitante vencedora deverá oferecer garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os itens adquiridos, contados a partir da data de emissão de sua Nota Fiscal.

A garantia deverá ser do fabricante.

Em caso de substituição de qualquer componente da solução, este deverá ser realizado no prazo máximo de 12 (doze) horas, após a notificação pelo INEP.

10 DO SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES DURANTE O PRAZO DE GARANTIA

A execução do serviço de suporte técnico e manutenção deverão ser realizadas por profissional certificado pelo fabricante da solução, sendo imprescindível a apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação enquanto durar o contrato, podendo esta ser solicitada a qualquer momento.

10.1 O serviço de suporte técnico deverá ser realizado em regime de 24x7, todos os dias do ano, no idioma português, devendo a empresa possuir uma central de atendimento sem custos para o INEP e atender às chamadas do usuário nos prazos que se seguem:

10.1.1 Em no máximo 01 (uma) hora para suporte telefônico, após a abertura do chamado;

10.1.2 Em no máximo 02 (duas) horas para suporte no local, após a solicitação de correção de problemas.

10.1.3 Início do atendimento: hora da abertura do chamado técnico;

- 10.1.4** Término do chamado: momento em que o(s) componente(s) torna-se operacional e com todas as funcionalidades disponíveis para uso, com ateste da Coordenação-Geral de Infra-Estrutura e Serviços do INEP;
- 10.1.5** Se o problema não for resolvido em no máximo 12 (doze) horas, a partir do registro do chamado, o componente ou toda a solução deverá ser integralmente substituída, sem ônus adicional para ao INEP, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do início do atendimento.
- 10.2** Se o problema não for resolvido em no máximo 12 (doze) horas, a partir do registro do chamado, fica o INEP autorizado a contratar os serviços de suporte técnico de outra empresa e cobrar da empresa fornecedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda da garantia dos equipamentos adquiridos.
- 10.3** Se o serviço de suporte for realizado por empresa(s) representante(s) ou credenciada(s), a empresa vencedora somente poderá substituí-la(s) com autorização expressa do INEP. A empresa substituta deverá possuir capacidade técnica equivalente.
- 10.4** Durante o período de vigência do contrato, quando for o caso, todos os firmwares e softwares deverão ser atualizados a cada nova versão ou correção, sem nenhum custo adicional para o INEP
- 10.5** Prestar assistência técnica, compreendendo manutenção corretiva (a qualquer momento em que o sistema apresente pane, deficiência ou dificuldade de operação) e preventiva nos equipamentos;
- 10.6** Substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o primeiro atendimento relativo ao chamado;
- 10.7** Fornecer atualizações de software recomendadas para manter o bom funcionamento das aplicações, sem ônus adicionais;
- 10.8** Assegurar que a substituição de qualquer componente defeituoso, em qualquer caso, seja feita por item equivalente, ou que possua características superiores a estas, desde que homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução de armazenamento. As peças de substituição devem ser novas, não sendo aceitas peças reconcondicionadas. A substituição de componentes será considerada consumada, para todos os efeitos, após aceitação formal pelo INEP, no prazo máximo de quatro dias úteis;

11 DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A licitante vencedora deverá transferir todo o conhecimento e know-how desenvolvido e aplicado na instalação e prestação dos serviços para os técnicos designados pelo INEP, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a finalização da instalação e configuração da solução adquirida.

Essa transferência deverá capacitar os técnicos do INEP a compreender a estrutura e a interoperabilidade de toda a solução, realizar manutenções preventivas e corretivas, instalar/reinstalar / reconfigurar, operar terminais de acesso de forma a realizar testes e configurações em todos os elementos envolvidos, gerar relatórios sobre os dados armazenados no sistema, bem como utilizar corretamente as potencialidades de todos os aplicativos, tal qual descrito no Encarte A.

11.1 O curso deverá ser em turma fechada exclusiva para os técnicos do INEP.

12 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Durante a vigência do contrato de fornecimento, com prestação de garantia de funcionamento, os serviços de suporte técnico e manutenção serão acompanhados e

fiscalizados por servidor da Coordenação-Geral de Infra-Estrutura e Serviços do INEP, designado com essa finalidade, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

- 12.2** O representante do INEP anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos itens adquiridos e a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 12.3** A empresa vencedora deverá manter preposto para representá-la durante o fornecimento dos produtos e a execução dos serviços ora tratados, desde que aceito pelo INEP;
- 12.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1 Além de outras obrigações previstas neste Termo, o INEP obriga-se a:

- 13.1.1** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa vencedora;
- 13.1.2** Efetuar os chamados de suporte técnico e avaliar sua execução, promovendo as medidas cabíveis para que os serviços sejam executados em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência;
- 13.1.3** Fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de técnico da Coordenação-Geral de Infra-Estrutura e Serviços do INEP formalmente designado;
- 13.1.4** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da empresa vencedora, que embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 13.1.5** Verificar a regularidade junto ao SICAF antes de cada pagamento;
- 13.1.6** Efetuar o pagamento à empresa vencedora de acordo com a forma e prazo estabelecidos, exigindo a apresentação de Notas Fiscais/Faturas e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações aqui mencionadas;
- 13.1.7** Permitir que somente pessoas autorizadas pela licitante vencedora prestem assistência técnica;
- 13.1.8** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto da licitação.

13.2 Além de outras obrigações previstas neste Termo de Referência, a empresa vencedora obriga-se a:

- 13.2.1** Dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- 13.2.2** Apresentar garantia contratual correspondente à 5%(cinco por cento) do valor global do Contrato, na forma do art. 56, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93;
- 13.2.3** Fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento e na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização exercidos pelo INEP;

- 13.2.4** Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação de multa e demais cominações pelo INEP, conforme item 14 deste termo;
- 13.2.5** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento e a execução dos serviços sem prévia e expressa anuência do INEP;
- 13.2.6** Utilizar, nos serviços, mão-de-obra qualificada e tecnicamente habilitada, certificada pelo fabricante da solução, para o fim a que se destina. Suportar todos os encargos envolvidos na prestação dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo. Não podendo atribuir ao INEP qualquer ônus ou responsabilidade, por via administrativa ou judicial, pelas obrigações oriundas da execução do objeto do contrato a ser firmado;
- 13.2.7** Comunicar à Coordenação-Geral de Infra-Estrutura e Serviços do INEP qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 13.2.8** Informar o nome do Responsável pelos serviços e o número de telefone para contato a fim de atender as solicitações do INEP;
- 13.2.9** Responder e ressarcir o INEP ou terceiros por eventuais danos ou prejuízos causados inclusive por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços;
- 13.2.10** Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados aos serviços, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do contrato, não podendo divulgá-lo, sob qualquer pretexto;
- 13.2.11** Manter todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, durante o período de vigência do contrato a ser firmado;
- 13.2.12** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados à Contratante e a terceiros;
- 13.2.13** Iniciar a execução dos serviços imediatamente após a assinatura do Contrato;
- 13.2.14** Interromper de imediato a execução de serviços ruidosos sempre que solicitado pela Fiscalização;
- 13.2.15** Serão de uso obrigatório todos os equipamentos exigidos por regramento oficial, federal ou local, que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, obedecido ao disposto na Norma Regulamentadora NR-10 e 18;
- 13.2.16** Fornecer à Fiscalização relação nominal dos funcionários informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade e cópia da CPTS, de todo o pessoal envolvido diretamente na execução da instalação, configuração e teste dos equipamentos adquiridos, em até 24 h após o recebimento da nota de empenho;
- 13.2.17** Compete à empresa contratada a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à completa execução e perfeito funcionamento do objeto da contratação, mesmo quando o projeto e/ou caderno de especificações apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento. Não caberá à Contratada, alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, o INEP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

14.1.1 Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao INEP, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

14.1.2 Multas:

a) de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor do fornecimento com atraso, quando a empresa vencedora, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro e, decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o INEP poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea "b";

b) de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento com prestação de serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", e/ou quando o fornecimento e/ou serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da empresa vencedora;

14.1.3 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

14.2 O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa vencedora poderá ser descontado de acordo com o estabelecido, ou ainda, a critério do INEP e respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, em favor do INEP, ficando a empresa vencedora obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

14.3 Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos para o recolhimento de multa, ao débito será acrescido 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

14.4 No caso de a empresa vencedora ser credora de valor suficiente, o INEP poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

14.5 Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a empresa vencedora pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

14.6 As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa vencedora de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao INEP, decorrentes das infrações cometidas.

15 DO PRAZO DE EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO

A Contratada deverá fornecer e instalar os itens descritos no Encarte "A", objeto deste Termo de Referência, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

16 DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será feito mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, após a conclusão dos serviços de instalação dos componentes adquiridos e a conclusão bem sucedida da transferência de tecnologia mediante atestado de aceite dado pela Coordenação-Geral de Infra-estrutura e Serviços do INEP.

16.2 Para a realização do pagamento de que trata este item, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal emitida sem rasura, em letra legível, o nome do Banco, o número da conta bancária e a respectiva Agência e atender às exigências do art 36 da IN 02 de 30 de abril de 2008.

17 DA ESTIMATIVA DE CUSTOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

De acordo com pesquisas de preços efetuadas no mercado, o custo médio da solução foi estimado em R\$ 630.707,43 (seiscentos e trinta mil, setecentos e sete reais e quarenta e três centavos), conforme a Planilha de Custo constante do Anexo deste Termo de Referência e as propostas anexas.

O recurso orçamentário para atender a despesa com a manutenção está previsto no Orçamento Geral do INEP – Ação 2272 – PTRES 021112.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 As disposições e especificações contidas neste Termo de Referência serão parte integrante do contrato, devendo ser observadas e atendidas em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades no descumprimento de qualquer dos seus itens e no que couber a IN 02 de 30 de Abril de 2008.

18.2 A existência de Fiscalização não diminui ou atenua a responsabilidade da Contratada pela execução de qualquer serviço.

18.3 A Fiscalização deverá recusar qualquer serviço executado fora das condições contratuais ou do bom padrão de acabamento.

18.4 O INEP poderá, a seu exclusivo critério, solicitar à Contratada a substituição de qualquer profissional vinculado a essa, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública.

18.5 Todos os componentes da solução a ser adquirida deverão ser novos e de fabricação recente, podendo a Fiscalização exigir as notas fiscais e comprovantes de aquisição.

18.6 Se julgar necessário, o INEP poderá solicitar da Contratada a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos itens adquiridos ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada sem ônus para o INEP e executados por laboratório aprovado pelo INEP.

18.7 Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto deste Termo de Referência por parte da empresa vencedora.

Brasília, 12 de novembro de 2010

(original assinado por)
Francisco Edilson de Carvalho Silva
Coordenador-Geral de Infra-Estrutura e Serviços

De acordo. Aprovo conforme disposto no art. 9º, inciso II do Decreto nº 5.450/2005.

Brasília, 12 de novembro de 2010.

(original assinado por)
Bruno Adann Sagratzki Coura
Diretor de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE A

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA SOLUÇÃO DE CFTV – CIRCUITO FECHADO DE TV E VIGILÂNCIA

1. SISTEMA DE MONITORAMENTO DIGITAL COMPOSTO DE HARDWARE E SOFTWARE Quantidade: 01

ITEM	DESCRIÇÃO	PÁGINA	DOCUMENTAÇÃO
1.1.	Recursos de <i>Hardware</i> :		
1.1.1.	Gabinete para montagem em bastidor padrão de 19" (dezenove polegadas) com no máximo 1U (uma unidade de altura padrão "U");		
1.1.2.	Deve possuir fonte de alimentação interna para operação de 100 a 240VAC – 50/60Hz com PFC ativo, sem chaveamento manual de tensão ou frequência;		
1.1.3.	Deve possuir pelo menos dois processadores (pastilhas) de núcleo quádruplo com performance igual ou superior ao Intel Xeon X5570 cada processador;		
1.1.4.	Deve ser fornecido com pelo menos duas unidades de disco SATA II com pelo menos 1TB (um Tera Bytes) cada conectadas a controladora RAID com capacidade para operação nos modos 5 e 10;		
1.1.5.	Deve ser fornecido com pelo menos 32 GB (trinta de dois Giga Bytes) de memória RAM DDR3 ou superior, permitindo a expansão para pelo menos 128 GB (cento e vinte e oito Giga Bytes);		
1.1.6.	Deve ser fornecido com pelo menos duas		

	interfaces de rede padrão 10/100/1000 BaseT com conector RJ45;		
1.1.7.	Deve ser compatível com a plataforma de gerenciamento IPMI 2.0;		
1.1.8.	Deve ser fornecido com recursos instalados para implementar KVMoIP ou iKVM (teclado vídeo e mouse sobre IP);		
1.1.9.	Deve possuir certificação FCC e CE		
1.2.	Recursos de <i>Software</i> :		
1.2.1.	Fornecido com sistema operacional Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows Server 2008, Linux ou BSD;		
1.2.2.	Sistema devidamente licenciado para cadastro e utilização de pelo menos 200 (duzentas) câmeras de vídeo simultaneamente;		
1.2.3.	Deve possuir arquitetura com uso de base de dados SQL para armazenamento de configurações e índices de vídeos;		
1.2.4.	Deve permitir a criação de mapas com conexões hierárquicas;		
1.2.5.	Deve permitir a integração com base de usuários cadastrados em base Microsoft AD (Active Directory);		
1.2.6.	Deve permitir a instalação em ambiente redundante;		
1.2.7.	Deve redirecionar automaticamente as câmeras de para um gravador alternativo quando o gravador principal não estiver disponível, sem a necessidade de intervenção humana;		
1.2.8.	Deve possuir sistema de índice de todos os vídeos armazenados, permitindo que estes sejam gravados em equipamentos diversos, replicados e com controle e gerenciamento centralizado e distribuído;		
1.2.9.	Deve gravar no banco de dados os LOGs dos acesso de todos os usuários, permitindo a identificação de quais usuários movimentaram quais câmeras;		
1.3.	Deve permitir que sejam configuradas para utilização no sistema câmeras IP de pelo menos os seguintes fabricantes: ACTi, Axis, Bosch, Panasonic, Pelco, Sony e Toshiba;		
1.4.	Deve suportar a análise inteligente de vídeo nas imagens recebidas de todas as câmeras configuradas, com pelo menos as seguintes		

	<p>funcionalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Detecção de movimento; ○ Detecção de câmera obstruída; ○ Detecção de cenário alterado. 		
1.5.	<p>Deve suportar a análise inteligente de vídeo nas imagens recebidas de pelo menos 10% (dez por cento) das câmeras configuradas, estando devidamente licenciado, com pelo menos as seguintes funcionalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Criação de cerca virtual; ○ Detecção de sentido de tráfego; ○ Detecção de objeto deixado ou esquecido; ○ Detecção de objeto removido; ○ Contagem de pessoas; ○ Detecção de permanência de pessoa ou veículo por tempo acima do configurado como padrão para determinado local (Loitering); ○ Comandar o PTZ da câmera configurada para realizar movimentação acompanhando o movimento da cena. 		
1.6.	<p>Deve suportar vídeos em rede codificados conforme os seguintes padrões:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ MJPEG; ○ MPEG4; ○ H.264. 		
1.7.	<p>Deve possuir cliente para instalação livre, sem custo adicional e permitindo a instalação em ilimitados dispositivos, para pelo menos os seguintes dispositivos/plataformas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ PDA; ○ Cliente WEB; ○ Cliente Windows. 		
1.8.	<p>Deve ser fornecido com SDK (<i>Software Development Kit</i>) permitindo a integração livre com outros sistemas de gerenciamento;</p>		
1.9.	<p>Deve permitir a integração com sensores de alarmes das câmeras;</p>		

1.10.	Permitir a atribuição de direitos diferenciados por usuário, permitindo que um determinado usuário possa assistir as imagens, mas não seja capaz de mover determinadas câmeras;		
1.11.	Possuir recursos para que possa ser configurado para gerar arquivos de auditoria em texto não formatado (<i>plain text</i>) de todos os erros dos servidores, bem como de todas as ações dos usuários do sistema;		
1.12.	Deve ser compatível com pelo menos os seguintes sistemas de virtualização: <ul style="list-style-type: none"> ○ VM Ware; ○ Microsoft Virtualization. 		
1.13.	Deve suportar armazenamento local, via SAN (<i>Storage Área Network</i>) e via NAS (<i>Network Attached Storage</i>);		
1.14.	Deve possuir recursos para descobrir novas câmeras na rede detectando o modelo das mesmas;		
1.15.	Deve suportar fluxos de vídeo em <i>unicast</i> e <i>multicast</i> ;		
1.16.	Deve permitir a visualização de até pelo menos 32 (trinta e duas) imagens simultâneas em uma única tela;		
1.17.	Deve possuir recursos para gravação de áudio;		
1.18.	Deve possuir relatórios pré formatados referentes ao alarmes gerados pelos recursos de vídeo inteligência com pelo menos as seguintes facilidades:		
1.18.1.	Permitir exportar os relatórios gerados para os formatos: PDF, HTML e texto;		
1.18.2.	Os relatórios devem reportar pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Tabelas de contagem de objetos (quando a câmera estiver configurada no sistema para operar com este recurso); ○ Sumário de alarmes gerados; ○ Contagem de objetos (pessoas ou veículos) que atravessem determinada linha (quando a câmera estiver configurada no sistema para operar com este recurso); 		

- Gráficos de caminhos utilizados.

2. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE VÍDEO

Quantidade: 02

2.1.	Recursos de <i>Hardware</i> :		
2.1.1.	Gabinete para montagem em bastidor padrão de 19" (dezenove polegadas) com no máximo 2U (duas unidades de altura padrão "U");		
2.1.2.	Deve possuir fonte de alimentação redundante e hot swappable (troca a quente) para operação de 100 a 240VAC – 50/60Hz com PFC ativo, sem chaveamento manual de tensão ou frequência;		
2.1.3.	Deve possuir pelo menos dois processadores (pastilhas) de núcleo quádruplo com performance igual ou superior ao Intel Xeon X5450 cada processador;		
2.1.4.	Deve ser fornecido com pelo menos 8 (oito) slots para unidades de disco SATA II hot swappable (troca a quente);		
2.1.5.	Deve ser fornecido com pelo menos 8 GB (oito Giga Bytes) de memória RAM DDR2 ou superior, expansível para até pelo menos 64 GB (sessenta e quatro Giga Bytes);		
2.1.6.	Deve ser fornecido com pelo menos uma unidade leitora e gravadora de DVD interna ao equipamento com acesso frontal;		
2.1.7.	A controladora SATA deve suportar a velocidade de 3 Gbps e permitir operação nos modos RAID 0, 1, 5 e 10;		
2.1.8.	Deve ser fornecido com pelo menos duas interfaces de rede padrão 10/100/1000BaseT com conector RJ45;		
2.1.9.	Deve ser fornecido com no mínimo 16 TB (dezesesseis Tera Bytes) em unidades de disco SATA II com rotação de pelo menos 7200RPM;		
2.1.10.	Deve ser compatível com a plataforma de gerenciamento IPMI 2.0;		
2.1.11.	Deve permitir a substituição de qualquer unidade de disco com o equipamento em operação, ou seja, sem que seja necessário desligar o equipamento;		
2.1.12.	Deve ser fornecido com recursos instalados para implementar KVMoIP ou iKVM (teclado vídeo e mouse sobre IP);		
2.1.13.	Deve possuir certificação FCC e CE.		
2.2.	Recursos de <i>Software</i> :		

2.2.1.	Fornecido com sistema operacional Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows Server 2008 ou Linux;		
2.2.2.	Deve suportar a gravação de vídeos gerados por qualquer câmera da rede que esteja autenticada em qualquer servidor de monitoramento;		
2.2.3.	Deve ser fornecido com sistema aplicativo, sistema operacional, banco de dados e qualquer outro recurso necessário para operação do sistema de monitoramento digital integrado ao sistema de monitoramento devidamente licenciados.		

3. ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO DE SISTEMA DE CFTV DIGITAL

Quantidade: 04

3.1.	Recursos de <i>Hardware</i> :		
3.1.1.	O gabinete deve possuir porta frontal com chave impedindo o acesso às unidades de CD/DVD quando travado pela chave. Deve possuir chave também para acesso a parte interna do gabinete;		
3.1.2.	Deve ser fornecido com pelo menos 2 (duas) unidades de disco SATA com capacidade de pelo menos 1TB (um Tera Bytes) cada;		
3.1.3.	O equipamento deverá possuir pelo menos uma fonte de alimentação interna com potência de no mínimo 400 w (quatrocentos Watts), para operar com tensões entre 100 V e 240 VAC em 50/60Hz com PFC ativo e controle do sistema de ventilação da fonte reduzindo o nível de ruído;		
3.1.4.	Deve possuir pelo menos 2(dois) processadores Intel Xeon X5560 Quad Core ou superior;		
3.1.5.	Deve possuir Memória Interna (RAM) de pelo menos 8 GB (oito Giga Bytes) com tecnologia DDR2 ou superior, expansível até pelo menos 64GB (sessenta e quatro Giga Bytes);		
3.1.6.	Deve ser fornecida com no mínimo duas controladoras de vídeo com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> ○ Deve possuir pelo menos duas saídas de vídeo em conector DP, DVI ou HDMI; ○ Não deve possuir mecanismos móveis de ventilação (ventiladores); ○ Deve possuir pelo menos 1GB (um Giga Bytes) de memória RAM na 		

	controladora, não compartilhada com a placa mãe; <ul style="list-style-type: none"> ○ Deve suportar a resolução de pelo menos 1920 x 1200 pixels por porta; 		
3.1.7.	Deve ser fornecido com no mínimo 01 (uma) interface de rede Gigabit Ethernet com conector RJ45 padrão 10/100/1000BaseT;		
3.1.8.	Deverá possuir pelo menos quatro entradas USB 2.0;		
3.1.9.	Deve ser fornecido com no mínimo uma unidade leitora e gravadora de DVD-RW;		
3.1.10.	Deve ser fornecido com mouse óptico sem fio, com botão de scroll vertical e recursos para scroll horizontal;		
3.1.11.	Deve ser fornecido com teclado, sem fio, padrão ABNT com pelo menos 102 teclas;		
3.1.12.	Deve ser fornecido com kit multimídia composto de pelo menos: microfone e sistema de caixas acústicas para operar em sonorização estéreo com potencia mínima de 5 w;		
3.1.13.	Deve ser fornecida com pelo menos um dispositivo tipo Joystick tridimensional, do mesmo fabricante das câmeras, para controle de movimentação das câmeras;		
3.1.14.	Deve possuir BIOS compatível com o padrão DMI 2.0.		
3.2.	Recursos de <i>Software</i> :		
3.19.1.	O sistema operacional deve ser Microsoft Windows XP Professional, Windows 7 ou Linux e deve estar devidamente licenciado;		
3.19.2.	Deve ser fornecido com software para monitoramento digital com capacidade para controlar os dois monitores com distribuição de mapas e imagens em cada um deles, devidamente licenciado para operar com o sistema de monitoramento fornecido.		

4. MONITOR COLORIDO LCD 23” Quantidade: 04

4.1.	Tamanho da tela: 23” (vinte e três Polegadas) ou superior;		
4.2.	Contraste de pelo menos 20.000:1;		
4.3.	Tempo de Resposta: 2 ms;		
4.4.	Brilho mínimo de 300 cd/m ² ;		
4.5.	Resolução Máxima 1920 x 1080 @ 60Hz;		
4.6.	Pixel Pitch 0,270 mm ou inferior;		

4.7.	Suporte de cores 16,7 M Cores;		
4.8.	Ângulo de Visão H: 170° / V: 160°;		
4.9.	Frequência Horizontal 35 ~ 80kHz;		
4.10.	Frequência Vertical 56 ~ 75 Hz;		
4.11.	Revestimento da Tela Anti-Glare;		
4.12.	Deve possuir as seguintes conexões/conectores: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sinal de Vídeo RGB Analógico/ DVI-D Digital; ○ Sincronismo de Sinal Sincronismo separado, composto, SOG; ○ Conector de entrada D-SUB (15 pinos) / DVI-D (24 pinos). 		
4.13.	Deve possuir as seguintes certificações: <ul style="list-style-type: none"> ○ UL; ○ FCC CLASS B; ○ CE. 		

5. CAMÊRA DE VIDEO FIXA COM TRANSMISSÃO VIA PROTOCOLO IP

Quantidade: 50

5.1.	Deverá ser fornecida com recursos instalados para receber alimentação de acordo com o padrão IEEE 802.3af classe 2 ou inferior;		
5.2.	Deverá ser fornecida com sensor tipo 1/4" (um quarto de polegada), colorido, com recursos de varredura progressiva (<i>Progressive Scan</i>);		
5.3.	Deverá ser fornecida com lente que permita um ângulo de visão horizontal de pelo menos 78° (setenta e oito graus) de 2,8mm;		
5.4.	Deverá ser fornecida com LED iluminador infravermelho ou acompanhada de iluminador de infravermelho externo do mesmo fabricante da câmera. Isto deve permitir que a câmera consiga gravar imagens com iluminação de 0 (zero) lux;		
5.5.	Deverá ser fornecida com recursos instalados para geração e transmissão de imagens coloridas quando a iluminação for de apenas 0,9 (zero vírgula nove) Lux sem utilização de iluminadores;		
5.6.	Deverá permitir a configuração do tempo do obturador para operar entre pelo menos 1/24000 a 1/6 s (vinte e quatro mil avos a um sexto de segundo);		
5.7.	Deverá ser fornecida com recursos instalados para comprimir os vídeos gerados internamente		

	conforme o padrão H.264;		
5.8.	Deverá ser fornecida com recursos instalados para operar com resolução de pelo menos 1280 x 800 (hum mil e duzentos e oitenta por oitocentos) pontos (pixels), transmitindo pelo menos dois <i>streams</i> simultâneos com pelo menos 30 (trinta) quadros por segundo por <i>stream</i> . Cada <i>stream</i> deve ter configuração independente e ser codificado conforme o protocolo H.264;		
5.9.	Deverá ser fornecida com capacidade instalada para a configuração de máscaras de privacidade;		
5.10.	Deverá ser fornecida com recursos instalados para realizar na própria câmera (<i>embedded</i>) os seguintes recursos de inteligência de vídeo:		
5.10.1.	Detecção de movimento permitindo a configuração de pelo menos 8 (oito) janelas. Estas janelas devem permitir a configuração como áreas onde o movimento deve ser detectado e áreas onde o movimento não deve ser detectado, permitindo que com a configuração de apenas duas janelas seja possível monitorar movimentos ocorridos no perímetro de uma área retangular sem que movimentos internos gerem alarmes;		
5.10.2.	Capacidade instalada para gerar alarme quando a câmera tiver a lente coberta por etiquetas ou mesmo pintada.		
5.11.	Deverá ser fornecida com microfone e auto falantes integrados, permitindo a transmissão bidirecional de áudio codificado com utilização do protocolo G.711. Caso a câmera ofertada não possua este recurso a proponente poderá fornecer um kit externo, do mesmo fabricante da câmera, conectado a uma porta específica para esta finalidade existente na câmera, que integre-se ao vídeo gerado, de forma a prover este recurso para cada câmera ofertada;		
5.12.	Deverá ser fornecida com capacidade instalada para permitir pelo menos os seguintes ajustes: <ul style="list-style-type: none"> ○ Compressão da imagem; ○ Brilho; ○ Controle de exposição; ○ Balanceamento de branco. 		
5.13.	Deve possibilitar compensação automática para tomada de imagem contra luz de fundo;		
5.14.	Deverá ser fornecida com pelo menos uma		

	entrada de alarmes acionados por dispositivos detectores de movimento e similares e pelo menos uma saída para acionamento de dispositivos externos como relês e similares;		
5.15.	Deverá ser fornecida com recursos instalados para prover vídeo via <i>Unicast</i> e <i>Multicast</i> ;		
5.16.	Deverá ser fornecida com recursos instalados para operar com pelo menos os seguintes protocolos: <ul style="list-style-type: none"> ○ RTP; ○ RTSP; ○ NTP; ○ SNMP; ○ HTTPS; ○ Cliente DHCP; ○ SMTP. 		
5.17.	Deverá ser fornecida com uma interface de rede com conector RJ45 para operação em velocidade de 10/100BaseTX;		
5.18.	Certificação (FCC e EN55022 e EN55024) ou (UL e CE e ISO9001);		
5.19.	Deverá ser fornecida com capacidade para operar em temperaturas entre 5º e 40º C (cinco e quarenta graus Celsius).		

6. INFRAESTRUTURA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE REDE DE DADOS
CATEGORIA 6
Quantidade: 50

6.1.	Todos os materiais utilizados na infra-estrutura de Rede, inclusive equipamentos, sem exceção, deverão ser sempre novos e de primeiro uso, estar em plena conformidade com as especificações e Normas a seguir descritas, de fabricação, uso e finalidades;		
6.2.	Todos os materiais fornecidos para a execução dos serviços de cabeamento, tanto óptico quanto metálico, deverão ser de um único fabricante compondo a solução de conectividade. Desta forma, cabos de par trançado e ópticos, conectores, patch panels, blocos de conexão, patch cords, DIOS e cordões ópticos, deverão necessariamente ser de um mesmo fabricante;		
6.3.	Para análise das propostas, cada proponente deverá necessariamente informar o fabricante da solução ofertada. Deverão ser fornecidos catálogos completos, contendo todas as		

	especificações técnicas dos materiais ofertados;		
6.4.	Para a execução de todo e qualquer serviço, caberá preliminarmente a empresa contratada a apresentação de um Projeto Lógico da Rede, com toda a infra-estrutura de distribuição, o qual deverá ser submetido para aprovação formal da CGIS, permitindo que as alterações necessárias sejam providenciadas antes do início das obras civis. As plantas deverão ser fornecidas impressas e em formato eletrônico (DWG) em Autocad R14.		
6.5.	Toda obra de cabeamento deverá estar de acordo com as normas internacionais que regem os serviços de cabeamento, abaixo relacionadas: <ul style="list-style-type: none"> ○ TIA/EIA 568-B, padrões de cabeamento de telecomunicações em edifícios comerciais; ○ TIA/EIA 569-A, normas de construção comercial para espaços e percursos de telecomunicações; ○ TIA/EIA 606-A, especificações da administração e identificação dos sistemas de cabeamento estruturado. 		
6.6.	Os preços ofertados devem incluir também todos os insumos necessários, mão de obra de aplicação, impostos, taxas e todas as leis sociais incidentes na execução dos trabalhos.		
6.7.	Carta do fabricante dos componentes de cabeamento (cabos UTP e FO, DIO e conectores), afirmando que os produtos ofertados pela empresa proponente estão em total conformidade com as exigências técnicas do Edital. OBS. Esta carta deverá ser dirigida ao processo, apresentada em original, em papel timbrado do fabricante, não sendo aceitas cartas emitidas por Distribuidores.		
6.8.	Carta do fabricante dos componentes de cabeamento (cabos UTP e FO, DIO e conectores), afirmando que a empresa proponente está apta a projetar, comercializar, instalar e suportar os produtos de sua fabricação. OBS. Esta carta deverá ser dirigida ao processo, apresentada em original, em papel timbrado do fabricante, não sendo aceitas cartas emitidas por Distribuidores.		

6.9.	Carta do fabricante dos componentes de cabeamento ((cabos UTP e FO, DIO e conectores), afirmando que a empresa proponente está apta a ofertar garantia de 25 (vinte e cinco) anos nos produtos de sua fabricação. OBS. Esta carta deverá ser dirigida ao processo, apresentada em original, em papel timbrado do fabricante, não sendo aceitas cartas emitidas por Distribuidores.		
6.10.	A proponente deverá possuir em seu quadro funcional, pelo menos uma pessoa treinada pelo fabricante dos materiais de cabeamento ótico e metálico, sendo este(s) comprovado(s) através de CERTIFICADO(S) e/ou diploma(s) de conclusão (emitidos pelo fabricante). Deverá ser comprovado o vínculo empregatício do(s) funcionário(s) treinado(s) com a empresa;		
6.11.	<p>Indicação de no mínimo um profissional de nível superior, do quadro permanente da empresa, que efetivamente se responsabilizará pela execução dos serviços, contendo nome completo, título profissional, nº. do registro no CREA/Unidade da Federação, área de atuação e comprovação de vínculo empregatício com a empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Indicação dos profissionais técnicos que serão alocados para a execução da obra comprovando sua capacitação técnica para a execução do serviço especificado e também ser do quadro permanente da empresa; 		
6.12.	Certidão de registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, caso a sede da licitante esteja sob sua jurisdição, ou expedida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante. Em qualquer caso, a citada certidão deverá estar acompanhada de comprovação de quitação da anuidade da licitante e de seus responsáveis técnicos;		
6.13.	A licitante deverá apresentar, no mínimo, três certidões ART, comprovando a execução de obra de características técnicas similares ao solicitado e os respectivos atestados de capacidade técnica das empresas onde foram executados os serviços;		
6.14.	Serviços de instalação:		
6.14.1.	A contratada deverá fornecer todos os materiais		

	necessários à instalação física, à configuração e ao perfeito funcionamento da totalidade dos equipamentos e componentes cotados;		
6.14.2.	Fica a critério da Contratante definir o horário de instalação e configuração dos equipamentos, podendo este procedimento ser executado em feriados ou finais de semana;		
6.14.3.	Identificação dos Pontos de Rede: Os pontos de rede projetados deverão seguir o padrão de identificação utilizado no INEP.		
6.15.	Cada caixa de superfície deverá possuir local próprio para a identificação do ponto de rede sendo protegido de fatores ambientais como umidade, calor, etc. Neste deverá ser colocada etiqueta indicando número(s) do ponto(s) acomodado nela;		
6.16.	Ponto de rede de dados categoria 6 sem infraestrutura		
6.16.1.	Este item prevê o fornecimento e instalação de cabo, conector RJ45 fêmea embutido em caixa apropriada para o ambiente (caixa de superfície, espelho de parede, espelho em latão para piso, condutele, etc), patch cord de 2,5 metros para a área de trabalho e patch cord do mesmo comprimento para conexão entre equipamento ativo e patch panel, além de etiquetas de identificação, velcro para amarração dos mesmos, etc.		
6.16.2.	O lançamento do cabo será feito por infraestrutura já existente.		
6.16.3.	Os serviços de instalação compreendem o lançamento do cabo por infra-estrutura já existente, fixação das caixas para conector fêmea, conectorização de uma das extremidades do cabo no conector e a outra no bloco ou patch panel.		
6.16.4.	Também ficará sob responsabilidade da empresa instaladora, a limpeza do local de trabalho, bem como todo e qualquer acabamento necessário.		
6.16.5.	Todo ponto instalado deverá ser devidamente identificado como descrito neste edital.		
6.16.6.	Certificação do ponto com equipamento adequado (Scanner), próprio para o link em questão (categoria 6), devidamente calibrado. A empresa instaladora deverá emitir e entregar um laudo individual para cada ponto instalado, emitido pelo referido equipamento.		
6.16.7.	Atualização de documentação em mídia		

	eletrônica, com os dados pertinentes a cada ponto instalado.		
6.17.	Características do produtos ou materiais a serem utilizados na infra-estrutura:		
6.17.1.	<p>Cabor UTP – Categoria 6:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Deve atender plenamente as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6; ○ Impedância característica de 100 Ω(Ohms); ○ Deve ser composto por condutores de cobre sólido; capa externa em PVC não propagante à chama, na cor azul; ○ Possuir classe de flamabilidade no mínimo CM; ○ Deve possuir impresso na capa externa, o nome do fabricante, marca do produto, com gravação dia/mês/ano - hora de fabricação para rastreamento de lote; além de gravação seqüencial métrica decrescente de 305m a zero que permita o reconhecimento imediato pela capa, do comprimento de cabo residual dentro da caixa. 		
6.17.2.	<p>Conector RJ-45 – Fêmea – Categoria 6</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Deve atender plenamente as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6; ○ Deve ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade); ○ Deve possuir protetores traseiros para as conexões e tampa de proteção frontal removível e articulada com local para inserção, (na própria tampa), de ícones de identificação; ○ Deve possuir vias de contato RJ45 produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 μm de níquel e 1,27 μm de ouro; ○ Apresentar disponibilidade de fornecimento nas cores: branco, bege, cinza, vermelho, azul, amarelo, marrom, laranja, verde e preto; ○ O keystone deve ser compatível para as 		

	<p>terminações T-568A e T-568B, segundo a ANSI/TIA/EIA-568-B.2;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Deve possuir terminação do tipo 110 IDC (conexão traseira); ○ Deve suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com RJ11; ○ Deve suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 IDC. ○ Identificação do conector como Categoria 6 (C6), gravado na parte frontal do conector; 		
<p>6.17.3.</p>	<p>Patch Panel – Categoria 6</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Deve atender plenamente as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6; ○ Deve possuir painel frontal em material termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), com porta etiquetas de identificação em acrílico para proteção; ○ Apresentar largura de 19", conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-310D e altura de 1 U ou 44,5 mm; ○ Deve possuir 24 portas com conectores RJ-45 fêmea na parte frontal, estes devem ser fixados a circuitos impressos (para proporcionar melhor performance elétrica); ○ Estes (circuitos impressos), devem ser totalmente protegidos (tampados) por um módulo em material termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), para proteção contra sujeira e curto circuito; ○ Deve possuir identificação do fabricante no corpo do produto; ○ Deve possuir local para aplicação de ícones de identificação (para codificação), conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-606-A; ○ Fornecido de fábrica com ícones de 		

	<p>identificação (nas cores azul e vermelha);</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ser fornecido com guia traseiro perfurado, em material termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade) com possibilidade fixação individual dos cabos, proporcionando segurança, flexibilidade e rapidez na montagem; ○ Ser fornecido com acessórios para fixação dos cabos (velcros e cintas de amarração); ○ Possuir identificação seqüencial das portas na parte traseira do Patch Panel, correspondente a identificação das portas na parte frontal (facilitando manutenção e instalação); ○ Suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com RJ11; ○ Suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 IDC; ○ Possuir em sua estrutura, elementos laterais em material metálico, que eliminem o risco de torção do corpo do Patch Panel; ○ Ser compatível com conectores RJ11; ○ Ser fornecido em módulos de 8 posições; ○ Compatível com as terminações T568A e T568B, segundo a ANSI/TIA/EIA-568-B.2, sem a necessidade de trocas de etiqueta; 		
<p>6.17.4.</p>	<p>Patch Cord – Categoria 6</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Deve atender plenamente as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6; ○ Características elétricas e performance testada em frequências de até 250 MHz; ○ Deverão ser montados e testados em fábrica, com garantia de performance; ○ O acessório deve ser confeccionado em cabo par trançado, UTP Categoria 6 (Unshielded Twisted Pair), 24 AWG x 4 pares, composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não 		

	<p>propagante a chama, conectorizados à RJ-45 macho Categoria 6 nas duas extremidades, estes conectores (RJ-45 macho), devem atender às especificações contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6 e a FCC part. 68.5 (Interferência Eletromagnética), ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Possuir classe de flamabilidade no mínimo CM. 		
--	---	--	--

7. TREINAMENTO OPERACIONAL

Quantidade: 1

7.1.	<p>O objetivo do treinamento é capacitar completamente os técnicos do INEP para executar as suas tarefas correspondentes sem necessidade de consulta aos fornecedores. A duração dos treinamentos proposta nestas especificações é apenas uma estimativa, caso os objetivos propostos não sejam alcançados pelos técnicos do INEP com os pré-requisitos contratuais, o treinamento deverá continuar sem ônus adicional para o INEP.</p>		
7.2.	<p>O fornecimento do treinamento deverá incluir: todo o material didático (manuais, apostilas, certificados e procedimentos de avaliação e demais recursos audiovisuais) para o perfeito entendimento dos cursos ministrados.</p>		
7.3.	<p>A CONTRATADA/FORNECEDOR deverá enviar em 10(dez) dias corridos antes do comissionamento, um programa detalhado de treinamento do pessoal de operação, indicando os pré-requisitos de formação técnica, teórica e prática; a utilização de ferramentas, dispositivos e instrumentos necessários a manutenção de equipamentos e software aplicativo.</p>		
7.4.	<p>O treinamento deverá ser ministrado com o mínimo de 40 (quarenta) horas-aulas, divididas em teóricas e práticas, para 10(dez)</p>		

	participantes;		
7.5.	As horas-aulas deverão ser ministradas nos próprios sistemas do edifício;		
8. TREINAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA Quantidade: 1			
8.1.	O treinamento deverá ser ministrado com o mínimo de 16 (dezesesseis) horas-aulas, deverá abranger todos os itens necessários para a correta administração de todos os sistemas deste escopo dentro do ambiente operacional do edifício divididas em teóricas e práticas, para 04 (quatro) participantes.		
8.2.	As horas-aulas deverão ser ministradas nos próprios sistemas do edifício.		
9. TREINAMENTO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA Quantidade: 1			
9.1.	O treinamento deverá ser ministrado com o mínimo de 32 (trinta e duas) horas-aulas, deverá abranger todos os itens necessários para a manutenção preventiva e corretiva do sistema, equipamentos, software's, divididas em teóricas e práticas, para 04 (quatro) participantes.		
9.2.	As horas-aulas deverão ser ministradas nos próprios sistemas do edifício.		
10. OPERAÇÃO ASSISTIDA Quantidade: 1			
10.1.	Após a emissão do termo de aceite, haverá um período de operação assistida de duração com 30 (trinta) dias corridos conforme previsto na planilha de quantitativos e preços, com pessoal devidamente habilitado para assessorar a equipe operacional do INEP. Período em que será assistido e supervisionado pela Contratada, não excluindo, entretanto, o estabelecido no item "Garantias".		
10.2.	A Operação Assistida deverá ocorrer das seguintes formas:		
10.2.1.	Disponibilidade imediata para atender os operadores no horário de 8 horas às 17:30 Horas.		
10.2.2.	Durante o período da operação assistida, para atender eventuais emergências através de chamados por telefone celular da contratada		

	<p>e/ou transceptor de rádio (fornecido pelo INEP). Caso não seja possível resolver a emergência através de instruções telefônicas, o técnico deverá comparecer ao local da emergência em um prazo máximo de 1 hora e proceder aos atendimentos conforme previsto nas regras de assistência técnica e garantia.</p>		
--	---	--	--



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE B

PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS

Empresa A				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
1	Sistema de monitoramento digital, composto de hardware e software	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
2	Unidade de armazenamento de vídeo	2	R\$ 40.000,00	R\$ 80.000,00
3	Estação de monitoramento de sistema de CFTV digital	4	R\$ 23.500,00	R\$ 94.000,00
4	Monitor colorido LCD 23"	4	R\$ 2.095,57	R\$ 8.382,28
5	Câmera de vídeo fixa com transmissão via protocolo IP	50	R\$ 5.000,00	R\$ 250.000,00
6	Infra-estrutura – fornecimento e instalação de ponto de rede de dados Categoria 6	50	R\$ 450,00	R\$ 22.500,00
7	Treinamento operacional	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
8	Treinamento de administração do sistema	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
9	Treinamento de manutenção do sistema	1	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
10	Operação assistida	1	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
VALOR GLOBAL				R\$ 570.882,28

Empresa B				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
1	Sistema de monitoramento digital, composto de hardware e software	1	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
2	Unidade de armazenamento de vídeo	2	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00
3	Estação de monitoramento de sistema de CFTV digital	4	R\$ 25.000,00	R\$ 100.000,00
4	Monitor colorido LCD 23"	4	R\$ 2.225,00	R\$ 8.900,00
5	Câmera de vídeo fixa com transmissão via protocolo IP	50	R\$ 6.000,00	R\$ 300.000,00
6	Infra-estrutura – fornecimento e instalação de ponto de rede de dados Categoria 6	50	R\$ 485,00	R\$ 24.250,00
7	Treinamento operacional	1	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
8	Treinamento de administração do sistema	1	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
9	Treinamento de manutenção do sistema	1	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
10	Operação assistida	1	R\$ 19.300,00	R\$ 19.300,00
VALOR GLOBAL				R\$ 672.450,00

Empresa C				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
1	Sistema de monitoramento digital, composto de hardware e software	1	R\$ 54.100,00	R\$ 54.100,00
2	Unidade de armazenamento de vídeo	2	R\$ 52.000,00	R\$ 104.000,00
3	Estação de monitoramento de sistema de CFTV digital	4	R\$ 25.300,00	R\$ 101.200,00
4	Monitor colorido LCD 23"	4	R\$ 2.250,00	R\$ 9.000,00
5	Câmera de vídeo fixa com transmissão via protocolo IP	50	R\$ 5.420,00	R\$ 271.000,00
6	Infra-estrutura – fornecimento e instalação de ponto de rede de dados Categoria 6	50	R\$ 480,00	R\$ 24.000,00
7	Treinamento operacional	1	R\$ 25.240,00	R\$ 25.240,00
8	Treinamento de administração do sistema	1	R\$ 19.100,00	R\$ 19.100,00
9	Treinamento de manutenção do sistema	1	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00
10	Operação assistida	1	R\$ 20.150,00	R\$ 20.150,00
VALOR GLOBAL				R\$ 648.790,00

EMPRESA	VALOR TOTAL POR EMPRESA
A	R\$ 570.882,28
B	R\$ 672.450,00
C	R\$ 648.790,00
VALOR MÉDIO GLOBAL	R\$ 630.707,43



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE C

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(logomarca da empresa em Papel timbrado)

Pela presente, declaramos conhecer e compreender por inteiro o teor do Pregão Eletrônico nº xx/2010, cujo objeto é a aquisição de solução de Circuito Fechado de TV e Vigilância – CFTV, conforme especificações mínimas neste Termo de Referência e Anexos, contemplando instalação, suporte técnico e atualização de versões, bem como transferência de tecnologia de operação da solução, para o Inep, localizado no Setor de Rádio e Televisão Sul 701 Quadra 03 – Bloco M em Brasília-DF, conforme minuta e encartes constantes deste Termo de Referência.

Declaramos, igualmente, ter visitado os locais para cumprimento das obrigações objetivo desta licitação, não encontrando neles qualquer impedimento à execução do objeto supracitado.

Empresa: _____

C.N.P.J. (MF): _____ Tel/Fax: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Responsável Técnico da Empresa: _____

Brasília-DF, ____ de _____ de 2010.

(Nome, identidade e assinatura do Responsável Técnico da Empresa)

(Nome e assinatura do Responsável pela Fiscalização do INEP)



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

ENCARTE D

TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO (TAP)

A Coordenação Geral de Infra-estrutura e Serviços - DTDIE/INEP encaminha à empresa <nome da empresa contratada>, o TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO, REFERENTE À ENTREGA DA SEGUINTE Solução:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	MODELO

Brasília, ____ de _____ de 2010

Gestor do Contrato
Coordenador de Infra Estrutura E SERVIÇOS – DTDIE/INEP
Assinatura/Carimbo



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA
ENCARTE E
TERMO DE ACEITE DEFINITIVO (TAD)

A Coordenação Geral de Infra-estrutura e Serviços - DTDIE/INEP encaminha à empresa Contratada <NOME DA EMPRESA CONTRATADA>, o TERMO DE ACEITE DEFINITIVO, referente à entrega da solução:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	MODELO

Brasília, ____ de _____ de 2010

NOME GESTOR DO CONTRATO
Coordenação Geral de Infra-estrutura e Serviços – DTDIE/INEP

Assinatura/Carimbo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, AQUISIÇÕES E CONVÊNIOS
SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar. CEP: 70340-909
CNPJ. 01.678.363/0001-43
(61) 2022-3236 / 3240 / 3235 – Fax. 2022-3249
e-mail: pregao@inep.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2010 – CGSI/DTDIE/INEP

ANEXO “II”

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, AQUISIÇÕES E CONVÊNIOS
SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar. CEP: 70340-909
CNPJ. 01.678.363/0001-43
(61) 2022-3236 / 3240 / 3235 – Fax. 2022-3249
e-mail: pregao@inep.gov.br

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
Pregão Eletrônico nº 25/2010
CGSI / DTDIE / INEP

(-----), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante ou consórcio), doravante denominada (licitante/consórcio), para o fim do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante/consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto à participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

-----, em ---- de ----- de -----

(representante legal do licitante/consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, AQUISIÇÕES E CONVÊNIOS
SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar. CEP: 70340-909
CNPJ. 01.678.363/0001-43
(61) 2022-3236 / 3240 / 3235 – Fax. 2022-3249
e-mail: pregao@inep.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2010 – CGSI/DTDIE/INEP

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS, AQUISIÇÕES E CONVÊNIOS
SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, 2º Andar. CEP: 70340-909
CNPJ. 01.678.363/0001-43
(61) 2022-3236 / 3240 / 3235 – Fax. 2022-3249
e-mail: pregao@inep.gov.br

ANEXO III

MINUTA

PROCESSO N.º 23036.002415/2010-96
CONTRATO Nº /2010.

CONTRATO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP E, DE OUTRO, A EMPRESA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, conforme a Lei nº 9.448/97, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.678.363/0001-43, com sede no SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep, em Brasília - DF, neste ato representado por seu Diretor de Gestão e Planejamento, Sr. **DENIO MENEZES DA SILVA**, nomeado pela Portaria nº 288 de 18/08/2010, publicada no Boletim de Serviço, Inep, 1ª Edição Extra de 18/08/2010, portador da Carteira de Identidade nº 5.063.320, IFP/RJ, CPF nº 601.851.477-04, com endereço SRTVS Quadra 701, Bloco M, Asa Sul, Ed. Sede do Inep. CEP: 70340-909, Brasília-DF, na qualidade de CONTRATANTE, doravante denominado **INEP** e de outro lado, a Empresa, sediada na, como **CONTRATADA**, qualidade pela qual passa a ser designada doravante, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por seu,, portador da Carteira de Identidade nº-SSP/....., CPF/MF nº, residente na, tendo em vista o que consta no Processo nº **23036.002415/2010-96**, resolvem celebrar o presente contrato sob a forma de contratação indireta, no regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, publicado no DOU de 9 de agosto de 2000, na redação dada pelo Decreto nº 3.784, de 6 de abril de 2001, Decreto nº 5.450, publicado no DOU de 31 de maio de 2005, Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.204/2007, Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e, no que couber, no disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação e pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de solução de Circuito Fechado de TV e Vigilância – CFTV, contemplando instalação, suporte técnico e atualização de versões, bem como transferência de tecnologia de operação da solução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2010 – CGSI/DTDIE/INEP, nos termos do Processo nº **23036.002415/2010-96**, bem como à Proposta da **CONTRATADA** datada de **XX de XXXXXXXX de 2010**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO E DA INSTALAÇÃO

Para o fornecimento e instalação da solução, a **CONTRATADA** deverá observar o seguinte:

- a. Fornecer a solução conforme as características e especificações técnicas mínimas descritas no Encarte A do Termo de Referência.
- b. Fornecer todos os cabos de ligação lógica e os componentes elétricos necessários à instalação e funcionamento, se for o caso;
- c. Todos os itens deverão implementar todas as características descritas nas especificações técnicas constantes do Encarte A do Termo de Referência.
- d. Deverão ser fornecidos: todos os documentos e manuais necessários para garantir o bom funcionamento, suporte e manutenção dos itens fornecidos;
- e. Número ilimitado de licenças de uso de softwares, se for o caso.
- f. Não serão aceitos softwares “beta” ou em desenvolvimento.

Parágrafo Primeiro – A empresa vencedora deverá elaborar projeto contendo:

- a. Layout do conjunto a ser adquirido informando os modelos e a quantidade de cada item, e como serão logicamente interconectados;
- b. Providências de adequação de ambiente, se for o caso.

Parágrafo Segundo – A Licitante vencedora deverá instalar e configurar toda a solução a ser fornecida, incluindo toda a documentação com a descrição do processo de instalação e configuração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE INSTALAÇÃO

Os itens adquiridos serão instalados no Prédio do INEP, situado no SRTVS 701, Quadra 03, Bloco M – 7º andar – Brasília/DF.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO

A Contratada deverá fornecer e instalar os itens objeto deste Contrato em até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O recebimento do objeto deste Contrato deverá ser efetuado pela Comissão de recebimento de material permanente do INEP. Os itens serão recebidos da seguinte forma:

Provisoriamente: no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da montagem inicial do produto, para posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas sendo emitido o Termo, conforme Encarte D do Termo de Referência;

Definitivamente: no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, depois de concluídas: a instalação, a configuração e a ativação, após a verificação da qualidade e quantidade, bem como a conclusão bem sucedida da transferência de tecnologia, ocasião em que será emitido o competente Termo de Aceitação, conforme Encarte E do Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – A solução deverá ser composta por componentes novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade.

Parágrafo Segundo – Uma vez entregue a solução, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

- a. A empresa vencedora procederá a desembalagem, instalação e configuração dos produtos para a realização dos testes de funcionamento, na presença e supervisão de técnicos da Coordenação-Geral de Infra-estrutura e Serviços do INEP – CGIS.
- b. Cada produto será verificado de acordo com as características técnicas descritas no Encarte A, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

Parágrafo Terceiro – Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

- a. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Encarte A e da proposta vencedora;
- b. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo.
- c. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.
- d. Nos casos de recusa do produto, a empresa fornecedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo INEP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

A licitante vencedora deverá oferecer garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os itens adquiridos, contados a partir da data de emissão de sua Nota Fiscal.

Parágrafo Primeiro – A garantia deverá ser do fabricante.

Parágrafo Segundo – Em caso de substituição de qualquer componente da solução, este deverá ser realizado no prazo máximo de 12 (doze) horas, após a notificação pelo INEP.

CLÁUSULA OITAVA – DO SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES DURANTE O PRAZO DE GARANTIA

A execução do serviço de suporte técnico e manutenção deverão ser realizadas por profissional certificado pelo fabricante da solução, sendo imprescindível a apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação enquanto durar o contrato, podendo esta ser solicitada a qualquer momento.

Parágrafo Primeiro – O serviço de suporte técnico deverá ser realizado em regime de 24x7, todos os dias do ano, no idioma português, devendo a empresa possuir uma central de atendimento sem custos para o INEP e atender às chamadas do usuário nos prazos que se seguem:

- a. Em no máximo 01 (uma) hora para suporte telefônico, após a abertura do chamado;
- b. Em no máximo 02 (duas) horas para suporte no local, após a solicitação de correção de problemas.
- c. Início do atendimento: hora da abertura do chamado técnico;
- d. Término do chamado: momento em que o(s) componente(s) torna-se operacional e com todas as funcionalidades disponíveis para uso, com ateste da Coordenação-Geral de Infra-Estrutura e Serviços do INEP;
- e. Se o problema não for resolvido em no máximo 12 (doze) horas, a partir do registro do chamado, o componente ou toda a solução deverá ser integralmente substituída, sem ônus adicional para ao INEP, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do início do atendimento.

Parágrafo Segundo – Se o problema não for resolvido em no máximo 12 (doze) horas, a partir do registro do chamado, fica o INEP autorizado a contratar os serviços de suporte técnico de outra empresa e cobrar da empresa fornecedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda da garantia dos equipamentos adquiridos.

Parágrafo Terceiro – Se o serviço de suporte for realizado por empresa(s) representante(s) ou credenciada(s), a empresa vencedora somente poderá substituí-la(s) com autorização expressa do INEP. A empresa substituta deverá possuir capacidade técnica equivalente.

Parágrafo Quarto – Durante o período de vigência do contrato, quando for o caso, todos os firmwares e softwares deverão ser atualizados a cada nova versão ou correção, sem nenhum custo adicional para o INEP

Parágrafo Quinto – Prestar assistência técnica, compreendendo manutenção corretiva (a qualquer momento em que o sistema apresente pane, deficiência ou dificuldade de operação) e preventiva nos equipamentos;

Parágrafo Sexto – Substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o primeiro atendimento relativo ao chamado;

Parágrafo Sétimo – Fornecer atualizações de software recomendadas para manter o bom funcionamento das aplicações, sem ônus adicionais;

Parágrafo Oitavo – Assegurar que a substituição de qualquer componente defeituoso, em qualquer caso, seja feita por item equivalente, ou que possua características superiores a estas, desde que homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução de armazenamento. As peças de substituição devem ser novas, não sendo aceitas peças reconcondicionadas. A substituição de componentes será considerada consumada, para todos os efeitos, após aceitação formal pelo INEP, no prazo máximo de quatro dias úteis;

CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A licitante vencedora deverá transferir todo o conhecimento e know-how desenvolvido e aplicado na instalação e prestação dos serviços para os técnicos designados pelo INEP, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a finalização da instalação e configuração da solução adquirida.

Parágrafo Primeiro – Essa transferência deverá capacitar os técnicos do INEP a compreender a estrutura e a interoperabilidade de toda a solução, realizar manutenções preventivas e corretivas, instalar/ reinstalar / reconfigurar, operar terminais de acesso de forma a realizar testes e configurações em todos os elementos envolvidos, gerar relatórios sobre os dados armazenados no sistema, bem como utilizar corretamente as potencialidades de todos os aplicativos, tal qual descrito no Encarte A do Termo de Referência.

Parágrafo Segundo – O curso deverá ser em turma fechada exclusiva para os técnicos do INEP.

CLÁUSULA DEZ – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do contrato de fornecimento, com prestação de garantia de funcionamento, os serviços de suporte técnico e manutenção serão acompanhados e fiscalizados por servidor da Coordenação-Geral de Infra-Estrutura e Serviços do INEP, designado com essa finalidade, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

Parágrafo Primeiro – O representante do INEP anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos itens adquiridos e a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Parágrafo Segundo – A empresa vencedora deverá manter preposto para representá-la durante o fornecimento dos produtos e a execução dos serviços ora tratados, desde que aceito pelo INEP;

Parágrafo Terceiro – As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes são obrigadas a cumprir fielmente o presente contrato.

Parágrafo Primeiro – ALÉM DE OUTRAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NESTE CONTRATO, O INEP OBRIGA-SE A:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa vencedora;
- b) Efetuar os chamados de suporte técnico e avaliar sua execução, promovendo as medidas cabíveis para que os serviços sejam executados em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência;
- c) Fiscalizar a execução dos serviços por intermédio de técnico da Coordenação-Geral de Infra-Estrutura e Serviços do INEP formalmente designado;
- d) Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da empresa vencedora, que embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- e) Verificar a regularidade junto ao SICAF antes de cada pagamento;
- f) Efetuar o pagamento à empresa vencedora de acordo com a forma e prazo estabelecidos, exigindo a apresentação de Notas Fiscais/Faturas e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações aqui mencionadas;
- g) Permitir que somente pessoas autorizadas pela licitante vencedora prestem assistência técnica;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto da licitação.

Parágrafo Segundo – ALÉM DE OUTRAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NESTE CONTRATO, A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

- a) Dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- b) Apresentar garantia contratual correspondente à 5%(cinco por cento) do valor global do Contrato, na forma do art. 56, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93;
- c) Fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento e na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização exercidos pelo INEP;
- d) Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação de multa e demais cominações pelo INEP, conforme item 14 deste termo;
- e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento e a execução dos serviços sem prévia e expressa anuência do INEP;
- f) Utilizar, nos serviços, mão-de-obra qualificada e tecnicamente habilitada, certificada pelo fabricante da solução, para o fim a que se destina. Suportar todos os encargos envolvidos na prestação dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-

transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo. Não podendo atribuir ao INEP qualquer ônus ou responsabilidade, por via administrativa ou judicial, pelas obrigações oriundas da execução do objeto do contrato a ser firmado;

g) Comunicar à Coordenação-Geral de Infra-Estrutura e Serviços do INEP qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

h) Informar o nome do Responsável pelos serviços e o número de telefone para contato a fim de atender as solicitações do INEP;

i) Responder e ressarcir o INEP ou terceiros por eventuais danos ou prejuízos causados inclusive por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços;

j) Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados aos serviços, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do contrato, não podendo divulgá-lo, sob qualquer pretexto;

k) Manter todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, durante o período de vigência do contrato a ser firmado;

l) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados à Contratante e a terceiros;

m) Iniciar a execução dos serviços imediatamente após a assinatura do Contrato;

n) Interromper de imediato a execução de serviços ruidosos sempre que solicitado pela Fiscalização;

o) Serão de uso obrigatório todos os equipamentos exigidos por regramento oficial, federal ou local, que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, obedecido ao disposto na Norma Regulamentadora NR-10 e 18;

p) Fornecer à Fiscalização relação nominal dos funcionários informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade e cópia da CPTS, de todo o pessoal envolvido diretamente na execução da instalação, configuração e teste dos equipamentos adquiridos, em até 24 h após o recebimento da nota de empenho;

q) Compete à empresa contratada a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à completa execução e perfeito funcionamento do objeto da contratação, mesmo quando o projeto e/ou caderno de especificações apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento. Não caberá à Contratada, alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

CLÁUSULA DOZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, o INEP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao INEP, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II. Multas:

a) de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor do fornecimento com atraso, quando a empresa vencedora, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro e, decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o INEP poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea "b";

b) de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento com prestação de serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", e/ou quando o fornecimento e/ou serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da empresa vencedora;

III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Parágrafo Primeiro – O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa vencedora poderá ser descontado de acordo com o estabelecido, ou ainda, a critério do INEP e respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, em favor do INEP, ficando a empresa vencedora obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

Parágrafo Segundo – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos para o recolhimento de multa, ao débito será acrescido 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

Parágrafo Terceiro – No caso de a empresa vencedora ser credora de valor suficiente, o INEP poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

Parágrafo Quarto – Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a empresa vencedora pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

Parágrafo Quinto – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa vencedora de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao INEP, decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do “Caput” poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sétimo – A sanção estabelecida no inciso IV do “Caput” é de competência exclusiva do Ministro da Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua publicação, nos termos do § 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Oitavo – Mesmo em caso de rescisão, será aplicada a penalidade cabível.

CLÁUSULA TREZE – DO VALOR E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

O INEP pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ (.....).

Parágrafo Primeiro – O recurso orçamentário para atender a despesa com a manutenção está previsto no Orçamento Geral do INEP – Ação 2272 – PTRES 021112, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 2010NEXXXXXX, de XX/XX/XX em favor da Contratada.

Parágrafo Segundo – Os preços aqui apresentados são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA QUATORZE – DO PAGAMENTO

O pagamento será feito mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, após a conclusão dos serviços de instalação dos componentes adquiridos e a conclusão bem sucedida da transferência de tecnologia mediante atestado de aceite dado pela Coordenação-Geral de Infra-estrutura e Serviços do INEP.

Parágrafo Primeiro – Para a realização do pagamento de que trata este item, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal emitida sem rasura, em letra legível, o nome do Banco, o número da conta bancária e a respectiva Agência e atender às exigências do art 36 da IN 02 de 30 de abril de 2008.

Parágrafo Segundo – No caso de incorreção no documento de cobrança, este será restituído à CONTRATADA para as correções solicitadas. O prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço ou do documento fiscal, a

dependem do evento, não respondendo o INEP por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

Parágrafo Terceiro – O pagamento será realizado através de ordem Bancária, ao Banco e em conta e agência bancária a ser especificada pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto – Respeitadas as condições previstas nos parágrafos precedentes deste Contrato, em caso de atraso de pagamento, motivado pelo INEP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo Quinto – Este Contrato se adequará de pronto às condições que vierem ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo.

Parágrafo Sexto – A irregularidade Fiscal da CONTRATADA ensejará a suspensão do pagamento, limitada a 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação pela CONTRATADA, após o que, em não havendo regularização, o contrato poderá ser rescindido de pleno direito

Parágrafo Sétimo – O INEP não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

Parágrafo Oitavo – Em cumprimento ao estabelecido na legislação em vigor, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INEP reterá na fonte os tributos pertinentes às áreas federal, estadual, distrital ou municipal, e previdenciários que incidirem sobre os pagamentos que efetuar a pessoa jurídica, conforme o caso.

I Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, em conformidade com a Lei nº 9.317, de 1996, e com a Lei Complementar nº 123, de 2006.

Parágrafo Nono – Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal/Fatura, multa imposta pelo INEP, se for o caso.

Parágrafo Dez – Antes de efetuar qualquer pagamento será verificada a regularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, SIAFI e CADIN, mediante consulta “on line”, cujos documentos serão anexados ao processo de pagamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Primeiro – Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo INEP, nos termos do inciso I, do art. 79 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação expressa, sem que caiba qualquer tipo de ressarcimento, exceto o direito de receber o estrito valor correspondente aos equipamentos fornecidos e aos serviços efetivamente prestados, desde que estejam de acordo com as prescrições pactuadas do Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - O Contrato poderá, ainda, ser rescindido pelo INEP, independentemente de aviso judicial, ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) Decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da CONTRATADA;
- b) Alteração do contrato social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo do INEP, prejudique a execução deste Contrato;
- c) Cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, art. 67, da Lei n.º 8.666/93;
- d) Transferência dos direitos e/ou obrigações deste Contrato, sem prévia e expressa autorização do INEP;
- e) No interesse do INEP, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, e o pagamento dos serviços realizados até a data comunicada no aviso de rescisão;

CLÁUSULA DEZESSETE – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo INEP até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua

assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO – DISPOSIÇÕES FINAIS

As disposições e especificações contidas no Termo de Referência são parte integrante do contrato, devendo ser observadas e atendidas em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades no descumprimento de qualquer dos seus itens e no que couber a IN 02 de 30 de Abril de 2008.

Parágrafo Primeiro – A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato (art. 29, §1º, do Decreto n. 5.450, de 2005 c/c ar. 49 e parágrafos, Lei nº 8.666/93).

Parágrafo Segundo – Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs. 3.555, de 8 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005, 3.784, de 6 de abril de 2001, IN-MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, com suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.204/2007, Lei nº 8.078 de 11/09/1990, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Terceiro – Todas as despesas relativas à execução do Objeto, tais como: mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., bem como providências quanto à legalização do mesmo perante os Órgãos Públicos correrão por conta da Contratada.

Parágrafo Quarto – Todos os serviços deverão ser realizados com a programação prévia e autorização do INEP, de modo a não interferir em suas atividades normais.

Parágrafo Sexto – A existência de Fiscalização não diminui ou atenua a responsabilidade da Contratada pela execução de qualquer serviço.

Parágrafo Sétimo – A Fiscalização deverá recusar qualquer serviço executado fora das condições contratuais ou do bom padrão de acabamento.

Parágrafo Oitavo – O INEP poderá, a seu exclusivo critério, solicitar à Contratada a substituição de qualquer profissional vinculado a essa, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública.

Parágrafo Nono – Todos os componentes da solução a ser adquirida deverão ser novos e de fabricação recente, podendo a Fiscalização exigir as notas fiscais e comprovantes de aquisição.

Parágrafo Dez – Se julgar necessário, o INEP poderá solicitar da Contratada a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos itens adquiridos ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada sem ônus para o INEP e executados por laboratório aprovado pelo INEP.

Parágrafo Onze – Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto deste Termo de Referência por parte da empresa vencedora.

CLÁUSULA DEZENOVE – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato que não possam ser resolvidas pela via extrajudicial.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2010.

DENIO MENEZES DA SILVA
Diretor de Gestão e Planejamento do **INEP**

NOME
Representante Legal da **EMPRESA**
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF: